

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	7
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	16
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	17
Demonstração de Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	107
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	109
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	110

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.576.432
Preferenciais	4.607.026
Total	9.183.458
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	473.059	652.910
1.01	Ativo Circulante	74.621	40.612
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.231	8.895
1.01.03	Contas a Receber	19.650	3.722
1.01.03.01	Clientes	19.650	3.722
1.01.04	Estoques	722	2.673
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.211	8.291
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.211	8.291
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	37.807	17.031
1.01.08.03	Outros	37.807	17.031
1.02	Ativo Não Circulante	398.438	612.298
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.835	4.604
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	182	128
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	182	128
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.653	4.476
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.653	4.476
1.02.02	Investimentos	377.584	592.181
1.02.02.01	Participações Societárias	377.584	592.181
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	90.774	121.851
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	227.464	413.221
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	57.587	55.353
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.759	1.756
1.02.03	Imobilizado	16.019	15.513
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	16.019	15.513

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	473.059	652.910
2.01	Passivo Circulante	25.687	26.963
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	379	239
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	379	239
2.01.02	Fornecedores	5.351	6.902
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.351	6.902
2.01.03	Obrigações Fiscais	999	821
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	714	599
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	39	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	675	599
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	80	157
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	205	65
2.01.05	Outras Obrigações	18.911	18.907
2.01.05.02	Outros	18.911	18.907
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	18.692	18.692
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	219	215
2.01.06	Provisões	47	94
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	47	94
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	47	94
2.02	Passivo Não Circulante	317.639	317.603
2.02.02	Outras Obrigações	212.000	212.000
2.02.02.02	Outros	212.000	212.000
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	212.000	212.000
2.02.03	Tributos Diferidos	97.397	97.380
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.397	97.380
2.02.04	Provisões	8.242	8.223
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.242	8.223
2.03	Patrimônio Líquido	129.733	308.344
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.969	11.969
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.969	11.969
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-249.351	-94.179
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	25.059	48.498

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	16.183	29.864	10.000	22.338
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.672	-25.655	-6.886	-14.180
3.03	Resultado Bruto	3.511	4.209	3.114	8.158
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-84.500	-159.843	-42.302	-74.766
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.271	-4.421	-3.319	-6.313
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	18	-1	77
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-14	-19	-2.295	-2.338
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-82.215	-155.421	-36.687	-66.192
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-80.989	-155.634	-39.188	-66.608
3.06	Resultado Financeiro	446	563	350	-2.661
3.06.01	Receitas Financeiras	464	602	356	1.211
3.06.02	Despesas Financeiras	-18	-39	-6	-3.872
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-80.543	-155.071	-38.838	-69.269
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-98	-101	0	-2.061
3.08.01	Corrente	-98	-101	0	-2.061
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-80.641	-155.172	-38.838	-71.330
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-80.641	-155.172	-38.838	-71.330
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-8,7816	-16,8978	-4,2293	-7,7677
3.99.01.02	PNA	-8,7816	-16,8978	-4,2293	-7,7677
3.99.01.03	PNB	-8,7816	-16,8978	-4,2293	-7,7677
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-8,7816	-16,8978	-4,2293	-7,7677
3.99.02.02	PNA	-8,7816	-16,8978	-4,2293	-7,7677
3.99.02.03	PNB	-8,7816	-16,8978	-4,2293	-7,7677

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-80.641	-155.172	-38.838	-71.330
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-25.615	-23.524	121.177	45.413
4.02.01	Ganho de Equivalência Patrimonial Reflexa - Benefício pós Emprego - CPC 33(R1)	-25.615	-23.524	121.177	45.413
4.03	Resultado Abrangente do Período	-106.256	-178.696	82.339	-25.917

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-629	9.010
6.01.01	Recebimento de Consumidores	17.334	22.526
6.01.02	Rendimento de Aplicações Financeiras	335	658
6.01.03	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	19.448	12.514
6.01.04	Fornecedores - Materiais e Serviços	-31.411	-17.231
6.01.05	Salários e Encargos Sociais	-4.691	-4.089
6.01.06	Pagamento de Encargos da Dívida	0	-1.304
6.01.07	Impostos e Contribuições	-692	-3.279
6.01.08	Outras Despesas	-952	-785
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-35	-578
6.02.01	Aquisição de Investimento	-33	-577
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-2	-1
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-85.000
6.03.01	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	0	-85.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-664	-76.568
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.895	88.787
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.231	12.219

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-155.172	-23.439	-178.611
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-155.172	0	-155.172
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-23.439	-23.439
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-23.439	-23.439
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	0	-249.351	25.059	129.733

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	31.272	-608	41.325	426.014
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	31.272	-608	41.325	426.014
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-29.222	0	-31	-29.253
5.04.06	Dividendos	0	0	-29.222	0	0	-29.222
5.04.08	Perda na Diluição de Percentual de Participação Societária	0	0	0	0	-31	-31
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-71.330	45.414	-25.916
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-71.330	0	-71.330
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	45.414	45.414
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	45.414	45.414
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	2.050	-71.938	86.708	370.845

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	33.650	25.170
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	33.650	25.170
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-23.401	-17.622
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-23.886	-15.387
7.02.04	Outros	485	-2.235
7.03	Valor Adicionado Bruto	10.249	7.548
7.04	Retenções	-79	-71
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-79	-71
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.170	7.477
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-154.819	-64.981
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-155.421	-66.192
7.06.02	Receitas Financeiras	602	1.211
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-144.649	-57.504
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-144.649	-57.504
7.08.01	Pessoal	5.825	4.928
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.796	4.736
7.08.01.02	Benefícios	29	192
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.018	4.990
7.08.02.01	Federais	3.326	4.486
7.08.02.02	Estaduais	692	504
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	680	3.908
7.08.03.01	Juros	642	3.873
7.08.03.02	Aluguéis	38	35
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-155.172	-71.330
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-155.172	-71.330

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	2.455.321	2.434.831
1.01	Ativo Circulante	564.427	520.802
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	77.801	96.786
1.01.02	Aplicações Financeiras	295	295
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	295	295
1.01.03	Contas a Receber	338.161	308.840
1.01.03.01	Clientes	338.161	308.840
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	338.161	308.840
1.01.04	Estoques	25.648	34.615
1.01.06	Tributos a Recuperar	34.431	29.307
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	34.431	29.307
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	88.091	50.959
1.01.08.03	Outros	88.091	50.959
1.02	Ativo Não Circulante	1.890.894	1.914.029
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	837.948	819.877
1.02.01.03	Contas a Receber	49.383	54.097
1.02.01.03.01	Clientes	49.383	54.097
1.02.01.06	Tributos Diferidos	20.331	22.199
1.02.01.06.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	20.331	22.199
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	768.234	743.581
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	12.527	12.628
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro de Concessões	753.887	729.119
1.02.01.09.09	Demais Créditos	1.820	1.834
1.02.02	Investimentos	656.285	684.537
1.02.02.01	Participações Societárias	380.170	408.422
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	320.824	351.313
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	59.346	57.109
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	276.115	276.115
1.02.03	Imobilizado	131.162	138.507
1.02.04	Intangível	265.499	271.108

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	2.455.321	2.434.831
2.01	Passivo Circulante	1.097.082	897.302
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	35.528	35.124
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	35.528	35.124
2.01.02	Fornecedores	432.237	344.101
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	432.237	344.101
2.01.03	Obrigações Fiscais	163.664	118.091
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	16.501	15.891
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.545	8.138
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	8.956	7.753
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	145.656	101.138
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.507	1.062
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	128.912	119.207
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	128.912	119.207
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	128.912	119.207
2.01.05	Outras Obrigações	331.291	275.929
2.01.05.02	Outros	331.291	275.929
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	30.948	32.233
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios	32.347	30.193
2.01.05.02.06	Benefícios Pós Emprego	66.366	66.075
2.01.05.02.09	Contribuição de Iluminação Pública	175.753	121.144
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	25.877	26.284
2.01.06	Provisões	5.450	4.850
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.450	4.850
2.02	Passivo Não Circulante	999.165	994.765
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	111.703	142.141
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	111.703	142.141
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	111.703	142.141
2.02.02	Outras Obrigações	671.541	639.820
2.02.02.02	Outros	671.541	639.820
2.02.02.02.03	Benefícios Pós Emprego	301.634	286.670
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	139.903	127.908
2.02.02.02.07	Fornecedores	12.952	4.552
2.02.02.02.08	Obrigações Sociais e Trabalhistas	0	2.420
2.02.02.02.09	Outras Obrigações	217.052	218.270
2.02.03	Tributos Diferidos	145.839	145.822
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	145.839	145.822
2.02.04	Provisões	70.082	66.982
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	70.082	66.982
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	359.074	542.764
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.969	11.969
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.969	11.969
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-249.351	-94.179
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	25.059	48.498
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	229.341	234.420

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	465.608	875.827	455.721	834.132
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-439.374	-857.012	-387.850	-732.787
3.02.01	Custo com Energia Elétrica Comprada para Revenda	-329.393	-638.455	-270.135	-519.623
3.02.02	Custo de Operação	-97.071	-192.850	-109.094	-196.460
3.02.03	Custo do Serviços Prestado a Terceiros	-12.910	-25.707	-8.621	-16.704
3.03	Resultado Bruto	26.234	18.815	67.871	101.345
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-90.495	-145.691	-91.618	-145.126
3.04.01	Despesas com Vendas	-22.714	-42.828	-49.438	-65.173
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-38.184	-80.537	-50.215	-90.464
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	20.855	38.194	17.797	34.041
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-19.565	-37.466	-17.778	-34.532
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-30.887	-23.054	8.016	11.002
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-64.261	-126.876	-23.747	-43.781
3.06	Resultado Financeiro	-10.530	-13.540	-5.813	-12.732
3.06.01	Receitas Financeiras	10.094	19.727	6.724	15.925
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.624	-33.267	-12.537	-28.657
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-74.791	-140.416	-29.560	-56.513
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.808	-7.579	-4.744	-8.742
3.08.01	Corrente	-2.808	-7.579	-4.744	-8.742
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-77.599	-147.995	-34.304	-65.255
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-77.599	-147.995	-34.304	-65.255
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-80.641	-155.172	-38.838	-71.330
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.042	7.177	4.534	6.075
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-8,7816	-16,8978	-4,2293	-7,7677
3.99.01.02	PNA	-8,7816	-16,8978	-4,2293	-7,7677
3.99.01.03	PNB	-8,7816	-16,8978	-4,2293	7,7677

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-8,7816	-16,8978	-4,2293	-7,7677
3.99.02.02	PNA	-8,7816	-16,8978	-4,2293	-7,7677
3.99.02.03	PNB	-8,7816	-16,8978	-4,2293	-7,7677

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-77.599	-147.995	-34.304	-65.255
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-25.615	-23.524	121.177	45.413
4.02.01	Perda Atuarial com Plano de Benefício Definido	-25.615	-23.524	121.177	45.413
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-103.214	-171.519	86.873	-19.842
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-106.256	-178.696	82.339	-25.917
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.042	7.177	4.534	6.075

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	41.356	40.778
6.01.01	Recebimento de Consumidores	1.110.337	1.226.501
6.01.02	Resgate do Fundo de Aplicação - FIP Corumbá	0	3.760
6.01.03	Rendimento de Aplicações Financeiras	3.542	8.007
6.01.04	Ressarcimento do Custo de Energia - Recursos da CDE	25.763	53.548
6.01.05	Liberação de Garantia - CCEE	767	11.633
6.01.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	1.419	1.830
6.01.07	Outros Recebimentos	106	6
6.01.08	Fornecedores - Materiais e Serviços	-138.299	-117.537
6.01.09	Fornecedores - Energia Elétrica	-558.621	-690.867
6.01.10	Contribuição de Iluminação Pública	-34.000	-39.500
6.01.11	Salários e Encargos Sociais	-144.255	-130.739
6.01.12	Pagamentos de Encargos da Dívida	-11.086	-13.640
6.01.13	Impostos e Contribuições	-181.822	-231.529
6.01.14	Encargos Setoriais	-13.954	-20.553
6.01.15	Constituição de Caução - CCEE	-2.756	-8.527
6.01.16	Outras Despesas	-15.785	-11.615
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-30.438	-34.521
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	-30.436	-33.943
6.02.02	Aquisição de Investimento	0	-577
6.02.04	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-2	-1
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-29.903	-104.368
6.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-9.170	-5.267
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	46.600	31.000
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-67.333	-130.101
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-18.985	-98.111
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	96.786	182.290
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	77.801	84.179

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344	234.420	542.764
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344	234.420	542.764
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-12.256	-12.256
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-12.256	-12.256
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-155.172	-23.439	-178.611	7.177	-171.434
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-155.172	0	-155.172	7.177	-147.995
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-23.439	-23.439	0	-23.439
5.05.02.06	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas	0	0	0	0	-23.439	-23.439	0	-23.439
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	0	-249.351	25.059	129.733	229.341	359.074

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	31.272	-608	41.325	426.014	230.124	656.138
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	31.272	-608	41.325	426.014	230.124	656.138
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-29.222	0	-31	-29.253	-6.519	-35.772
5.04.06	Dividendos	0	0	-29.222	0	0	-29.222	-6.519	-35.741
5.04.08	Perda na Diluição de Percentual de Participação Societária	0	0	0	0	-31	-31	0	-31
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-71.330	45.414	-25.916	6.075	-19.841
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-71.330	0	-71.330	6.075	-65.255
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	45.414	45.414	0	45.414
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	45.414	45.414	0	45.414
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	2.050	-71.938	86.708	370.845	229.680	600.525

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	1.191.364	1.103.252
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.121.587	1.029.772
7.01.02	Outras Receitas	9.521	5.120
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	73.271	103.427
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-13.015	-35.067
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-826.099	-718.272
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-638.455	-519.623
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-162.200	-179.312
7.02.04	Outros	-25.444	-19.337
7.03	Valor Adicionado Bruto	365.265	384.980
7.04	Retenções	-27.144	-24.692
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-27.144	-24.692
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	338.121	360.288
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-3.327	26.927
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-23.054	11.002
7.06.02	Receitas Financeiras	19.727	15.925
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	334.794	387.215
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	334.794	387.215
7.08.01	Pessoal	99.841	93.394
7.08.01.01	Remuneração Direta	74.031	65.701
7.08.01.02	Benefícios	25.810	27.693
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	329.181	310.777
7.08.02.01	Federais	142.685	131.601
7.08.02.02	Estaduais	186.496	179.176
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	53.767	48.299
7.08.03.01	Juros	33.267	28.657
7.08.03.02	Aluguéis	20.500	19.642
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-147.995	-65.255
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-155.172	-71.330
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	7.177	6.075

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB
2º Trimestre de 2014

1

O relatório de desempenho apresenta os números consolidados da Companhia Energética de Brasília – CEB e suas controladas descritas na nota explicativa nº. 1 das Informações Contábeis Intermediárias em 30/06/2014.

DESEMPENHO OPERACIONAL (NÃO REVISADO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES)

Quantidade de Consumidores por Classe

Classe de Consumidores	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	Consumidores				
	2T14	1T14	2T13		
Residencial	838.832	831.571	805.146	0,9%	4,2%
Comercial	105.675	105.321	103.462	0,3%	2,1%
Rural	10.009	9.992	9.820	0,2%	1,9%
Poder Publico	5.956	5.931	5.262	0,4%	13,2%
Industrial	1.696	1.708	1.703	(0,7%)	(0,4%)
Serviço Público	319	315	281	1,3%	13,5%
Iluminação Pública	19	19	19		
(=) Fornecimento faturado	962.506	954.857	925.693	0,8%	4,0%
Consumo Próprio	50	46	46	8,7%	8,7%
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	962.556	954.903	925.739	0,8%	4,0%

	Trimestres							
Classe de Consumidores	MWh			Δ Trim.	Δ Ano	MWh		Δ Ano
	2T14	1T14	2T13			1S14	1S13	
Residencial	551.797	590.156	540.083	(6,5%)	2,2%	1.141.953	1.074.431	6,3%
Comercial	502.901	513.638	493.832	(2,1%)	1,8%	1.016.539	982.980	3,4%
Poder Publico	157.808	161.284	154.190	(2,2%)	2,3%	319.092	307.439	3,8%
Iluminação Pública	104.028	102.476	100.636	1,5%	3,4%	206.504	199.793	3,4%
Serviço Público	89.590	84.267	64.946	6,3%	37,9%	173.857	160.547	8,3%
Industrial	60.418	60.815	60.147	(0,7%)	0,5%	121.233	121.095	0,1%
Rural	36.377	33.042	34.766	10,1%	4,6%	69.419	65.115	6,6%
(=) Fornecimento faturado	1.502.919	1.545.678	1.448.600	(2,8%)	3,7%	3.048.597	2.911.400	4,7%
Consumo Próprio	506	470	470	7,7%	7,7%	976	950	2,7%
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	1.503.425	1.546.148	1.449.070	(2,8%)	3,8%	3.049.573	2.912.350	4,7%

No 2T14 a base de consumidores apresentou um aumento de 4,0% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Em relação ao 1T14 a base de consumidores demonstrou-se estável, atingido um total de 962.506 mil consumidores (desconsiderando o Consumo Próprio) ao final do 2T14. Do total de Consumidores no final do 2T14, 87% pertencia à classe Residencial, 11% à classe Comercial e os demais consumidores representavam 2%.

A quantidade de energia fornecida no 2T14 atingiu 1.509.919 MWh (desconsiderando o Consumo Próprio) e apresentou um crescimento de 4,7% quando comparado ao 2T13 (1.448.600 MWh). Em comparação ao 1T14 o fornecimento de energia apresentou-se uma redução de 2,8%.

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB
2º Trimestre de 2014

2

RESULTADOS CONSOLIDADOS

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A Receita Operacional Bruta consolidada no 2T14 totalizou R\$ 628,6 milhões, R\$ 28,3 milhões superior à receita obtida no 2T13 (4,7%). Em relação ao 1T14 apresentou um aumento de R\$ 62,4 milhões (11,0%). Desconsiderando a Receita de Construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta foi de R\$ 593,1 milhões, um acréscimo de R\$ 55,2 milhões (10,3%) quando comparado ao 2T13 e em relação ao 1T14 o aumento foi de R\$ 64,7 milhões (12,3%).

Receita Bruta - R\$ Mil	Trimestres					1S14	1S13	Δ Ano
	2T14	1T14	2T13	Δ Trim.	Δ Ano			
Fornecimento de Energia Elétrica	465.470	449.314	421.064	3,6%	10,5%	914.784	868.493	5,3%
Energia de Curto Prazo	88.057	42.948	86.572	105,0%	1,7%	131.005	95.874	36,6%
Receita de Construção	35.505	37.766	62.444	(6,0%)	(43,1%)	73.271	103.427	(29,2%)
Receita de Prestação de Serviços	19.053	15.867	12.053	20,1%	58,1%	34.920	26.502	31,8%
Suprimento de Energia	8.768	9.256	6.881	(5,3%)	27,4%	18.024	14.016	28,6%
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	4.223	3.729	3.563	13,2%	18,5%	7.952	9.444	(15,8%)
Receita de Venda de Gás	1.181	1.130	1.499	4,5%	(21,2%)	2.311	2.837	(18,5%)
Outras Receitas	6.408	6.183	6.246	3,6%	2,6%	12.591	12.605	(0,1%)
Receita Operacional Bruta	628.665	566.193	600.322	11,0%	4,7%	1.194.858	1.133.198	5,4%
Deduções da Receita Operacional Bruta	(163.057)	(155.974)	(144.601)	4,5%	12,8%	(319.031)	(299.066)	6,7%
Receita Operacional Líquida	465.608	410.219	455.721	13,5%	2,2%	875.827	834.132	5,0%

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

No 2T14 a receita de Fornecimento de Energia Elétrica foi de R\$ 465,4 milhões, R\$ 44,4 milhão (10,5%) superior em relação à receita obtida no 2T13 (R\$ 421,0 milhões), em linha com o aumento no volume de energia fornecida, que apresentou um aumento de 10,5%. Em relação ao 1T14 a variação foi positiva no montante de R\$ 16,1 milhões (3,6%), que ocorreu em virtude da receita de fornecimento de energia não faturada que cresceu 137,4% (R\$ 9,4 milhões 2T14 contra R\$ 25,1 milhões de redução no 1T14). No 1S14 o fornecimento de energia elétrica atingiu R\$ 914,7 milhões, 5,3% superior à receita fornecida no 1S13 (R\$ 868,4 milhões).

	Trimestres							
Consumidores	MWh			R\$ mil			Δ Trim.	Δ Ano
	2T14	1T14	2T13	2T14	1T14	2T13		
Residencial	551.797	590.156	540.083	175.144	186.710	164.515	-6,2%	6,5%
Comercial	502.901	513.638	493.832	158.132	159.337	146.602	-0,8%	7,9%
Poder Publico	157.808	161.284	154.190	54.595	54.104	50.691	0,9%	7,7%
Industrial	104.028	102.476	100.636	19.616	19.338	18.258	1,4%	7,4%
Serviço Público	89.590	84.267	64.946	18.913	18.229	13.707	3,8%	38,0%
Iluminação Pública	60.418	60.815	60.147	17.557	17.089	15.843	2,7%	10,8%
Rural	36.377	33.042	34.766	7.545	6.945	6.842	8,6%	10,3%
Subtotal - Fornecimento Faturado	1.502.919	1.545.678	1.448.600	451.502	461.752	416.458	-2,2%	8,4%
Consumo Próprio	506	470	470					
Fornecimento Não Faturado Líquido				9.427	(25.190)	(3.459)	-137,4%	-372,5%
Aportes de Recursos da CDE				4.541	12.752	8.065	-64,4%	-43,7%
Total - Fornecimento de Energia Elétrica	1.503.425	1.546.148	1.449.070	465.470	449.314	421.064	3,6%	10,5%

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

2º Trimestre de 2014

3

RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Apresentou um aumento de R\$ 7,0 milhões (58,1%) no 2T14 em relação à receita obtida no 2T13. Na comparação com o 1T14 o acréscimo foi de R\$ 3,1 milhões (20,1%), os aumentos foram motivados pelo maior nível de obras realizadas no período e pela renovação dos contratos de obras com o Governo do Distrito Federal no final do 4T13.

SUPRIMENTO DE ENERGIA

A receita de Suprimento de Energia no 2T14 foi de R\$ 8,7 milhões (R\$ 6,8 milhões no 2T13), o aumento R\$ 1,8 milhões reflete um volume maior de comercialização de receita de curto prazo em função dos preços praticados no mercado. Em relação ao 1T14 apresentou uma redução de R\$ 0,4 milhão (-5,3%).

ENERGIA DE CURTO PRAZO

A receita de Energia de Curto Prazo no 2T14 atingiu em 88,0 milhões, R\$ 1,4 milhão (1,7%) superior à receita registrada no 2T13. Em relação ao 1T14, o aumento foi de R\$ 45,1 milhões (105,0%). O aumento foi influenciado pela sobra de energia maior que a prevista e pelo reprocessamento de valores pela CCEE em função de liminares, que acabaram favorecendo a CEB D (R\$ 19,9 milhões).

OUTRAS RECEITAS

A variação apresentada entre os trimestres apresentou-se estável, sendo que a rubrica de Arrendamento e Aluguéis é a que apresenta maior volume de receita neste grupo.

	Trimestres							
R\$ Mil	2T14	1T14	2T13	Δ Trim.	Δ Ano	1S14	1S13	Δ Ano
Arrendamentos e Aluguéis	6.266	5.763	5.471	8,7%	14,5%	12.029	11.100	8,4%
Serviço Taxado	139	256	748	(45,7%)	(81,4%)	395	1.475	(73,2%)
Outras	3	164	27	(98,2%)	(88,9%)	167	30	456,7%
Total	6.408	6.183	6.246	(3,0%)	(2,8%)	12.591	12.605	(0,1%)

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

As Deduções da Receita Operacional Bruta no 2T14 apresentou um acréscimo de R\$ 18,4 milhões (12,8%), influenciada pelo aumento da receita de fornecimento de energia elétrica na comparação com o 2T13. Em relação ao 1T14, o aumento foi de R\$ 7,0 milhões (4,5%) e teve como principal evento além da receita de fornecimento de energia elétrica, a receita de venda de energia de curto prazo que teve um crescimento de 105,0% no trimestre corrente. No final do 1S14 as deduções da receita totalizaram 319,0 milhões, 6,7% superior a registrada no 1S13 (R\$ 299,0 milhões).

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Líquida no 2T14 apresentou um aumento de R\$ 9,8 milhões (2,2%) na comparação com o mesmo período do ano anterior, atingindo um total de R\$ 465,6 milhões (R\$ 455,7 milhões no 2T13). Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão, a Receita Líquida foi de R\$ 430,1 milhões, um acréscimo 57,6 milhões (15,5%) em relação à Receita Líquida obtida no 1T14. No 1S14 a Receita Líquida atingiu R\$ 875,8 milhões (R\$ 834,1 milhões no 1S13).

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A – CEB 2º Trimestre de 2014

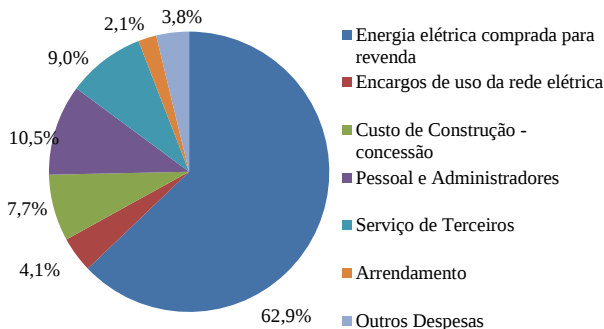
4

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (EXCETO DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO)

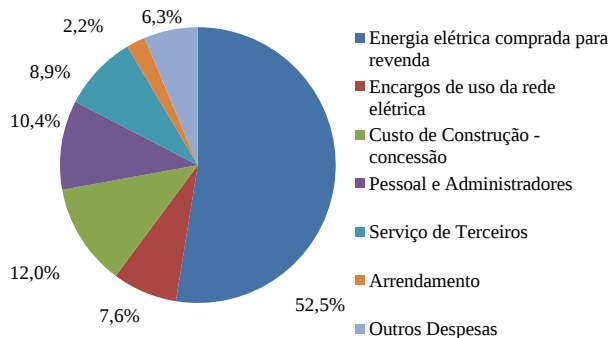
Os Custos e Despesas Operacionais consolidados, que desconsideram as depreciações e amortizações do período totalizaram no 2T14 R\$ 486,6 milhões, um crescimento de R\$ 20,1 milhões (4,3%) em relação ao 1T14. Com relação ao 2T13 houve um aumento de R\$ 11,6 milhões (2,5%). Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado devido à receita correspondente no mesmo valor), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 451,1 milhões, um incremento de R\$ 22,3 milhões (5,2%) quando comparado ao 1T14 e uma elevação de R\$ 38,5 milhões (9,4%) em relação ao 2T13.

R\$ Mil	Trimestres					1S14	1S13	Δ Ano
	2T14	1T14	2T13	Δ Trim.	Δ Ano			
Custo da Energia Comprada								
Energia elétrica comprada para revenda	(241.102)	(250.247)	(240.007)	(3,7%)	0,5%	(491.349)	(446.089)	10,1%
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(81.186)	(52.878)	(35.577)	53,5%	128,2%	(134.064)	(56.476)	137,4%
Encargos de uso da rede elétrica	(17.928)	(21.317)	(43.225)	(15,9%)	(58,5%)	(39.245)	(65.732)	(40,3%)
Ressarcimento de Recursos da CDE	5.290		48.674		(89,1%)	5.290	48.674	(89,1%)
Repasse de Recursos da CONTA - ACR	5.533	15.380				20.913		
Subtotal	(329.393)	(309.062)	(270.135)	6,6%	21,9%	(638.455)	(519.623)	22,9%
Demais Custos e Despesas Operacionais								
Pessoal e Administradores	(48.503)	(47.280)	(46.364)	2,6%	4,6%	(95.783)	(86.712)	10,5%
Serviço de Terceiros	(44.634)	(40.910)	(40.822)	9,1%	9,3%	(85.544)	(76.668)	11,6%
Custo de Construção - concessão	(35.505)	(37.766)	(62.444)	(6,0%)	(43,1%)	(73.271)	(103.427)	(29,2%)
Arrendamento	(10.032)	(10.033)	(9.596)		4,5%	(20.065)	(19.193)	4,5%
(Provisão)/Reversão para Devedores Duvidosos	(6.494)	(6.521)	(33.774)	(0,4%)	(80,8%)	(13.015)	(35.066)	(62,9%)
Material	(1.058)	(3.297)	(1.425)	(67,9%)	(25,8%)	(4.355)	(2.358)	84,7%
Entidade de Previdência Privada	(2.105)	(1.953)	(1.852)	7,8%	13,7%	(4.058)	(3.541)	14,6%
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	(1.467)	(2.180)	(1.432)	(32,7%)	2,4%	(3.647)	(3.218)	13,3%
Gás Comprado para Revenda	(854)	(818)	(1.083)	4,4%	(21,1%)	(1.672)	(2.049)	(18,4%)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica	(636)	(627)	(916)	1,4%	(30,6%)	(1.263)	(1.832)	(31,1%)
Outras Despesas	(5.984)	(6.121)	(5.170)	(2,2%)	15,7%	(12.105)	(10.045)	20,5%
Subtotal	(157.272)	(157.506)	(204.878)	(0,1%)	(23,2%)	(314.778)	(344.109)	(8,5%)
Total	(486.665)	(466.568)	(475.013)	4,3%	2,5%	(953.233)	(863.732)	10,4%

1S14



1S13



Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

2º Trimestre de 2014

5

As principais ocorrências no período nos itens de custos/despesas operacionais foram os seguintes:

- ✓ **Custo da Energia Elétrica Comprada para Revenda:** O aumento do valor da energia comprada no 1S14 na comparação com o 1S13 está diretamente ligado ao despacho das usinas termelétricas. A CEB Distribuição tem 17,4% da sua aquisição de energia vinculada aos contratos por disponibilidade (termelétricas) precificados por Custo Variável Unitário – CVU, tradicionalmente bem superior ao custo das hidroelétricas. Estes preços da energia só são aplicados quando as usinas termelétricas são obrigadas a despachar. No 1S14 o Preço de Liquidação das Diferenças – PLD era de R\$ 412,64 (reais) contra R\$ 207,62 (reais) no 1S13. Com relação ao comportamento dos custos da energia elétrica entre o 1T14 e o 2T14 este permaneceu estável, ainda elevado em função do despacho das usinas termelétricas e o Preço de Liquidação das Diferenças – PLD. No caso da energia de curto prazo o aumento do custo está relacionado aos custos de risco hidrológico assumido pelas distribuidoras quando da participação do sistema de cotas de garantia física instituída na MP 589/13. Nos meses mais secos com a hidrologia desfavorável a exposição das usinas hidroelétricas aumenta e esta exposição é repassada às distribuidoras cotistas.
- ✓ **Serviços de Terceiros:** apresentou uma redução de R\$ 3,8 milhões (9,4%) em relação ao 2T13 que teve como principais variações os seguintes itens:

itens	1S14	1S13	Variação	Δ Ano
Prestação de Serviços e Manutenção de Iluminação Pública	22.025	14.270	7.755	54,3%
Leitura de Medidores, Entrega de Faturas	7.452	11.506	(4.054)	(35,2%)
Levantamento Físico de Ativos	5.543		5.543	
Serviço de Processamento de Dados	4.982	5.348	(366)	(6,8%)
Manutenção do Sistema Elétrico - Linhas e Redes	3.209	2.088	1.121	53,7%
Recebimento de Fatura de Energia Elétrica	3.132	4.399	(1.267)	(28,8%)
Serviço Contratado	2.594	3.396	(802)	(23,6%)
Publicações Legais, Aviso e Editais	487	1.074	(587)	(54,7%)
Consultoria	448	1.952	(1.504)	(77,0%)

- ✓ **Custo de Construção – Concessão:** apresentou uma queda de R\$ 26,9 milhões (-43,1%) em relação ao 1T13. Este item reflete o ritmo de investimentos da controlada CEB Distribuição e não impacta o resultado, devido à receita de construção ser reconhecida no mesmo valor do Custo de Construção.
- ✓ **Provisão para Devedores Duvidosos/Perdas:** No 2T14 a PDD/Perdas apresentou uma redução de R\$ 27,2 milhões (-80,8%) em relação ao 2T13 devido ao fato que no 2T13 foram contabilizadas perdas por prescrição de crédito com o GDF no montante de R\$ 28,9. Na comparação com o 1T14 a provisão apresentou-se estável.
- ✓ **Pessoal e Administradores:** apresentou no 1S14 um aumento de R\$ 9,0 milhões (10,5%) em relação ao 1S13, a variação ocorreu em função do reajuste salarial no 4T13 com a aprovação do acordo coletivo, que foi composto pela variação do INPC (5,58%) mais ganho real de 1%. Na negociação do acordo coletivo também foram concedidas verbas indenizatórias tais como:
 - abono salarial a ser pago semestralmente até o primeiro semestre de 2015;
 - concessão de 1,25% de ganho real sobre a tabela salarial, retroativo a 01/11/2013 e mais 1,25% de ganho real, também incidente sobre a tabela salarial, a ser paga em 01/11/2014 a todos os empregados;
 - concessão aos empregados do cargo de Agente de Serviços Operacionais, admitidos após agosto de 2010, de 4 (quatro) referências na tabela salarial que foi paga em novembro de 2013 e 1 (uma) referência a ser paga em novembro de 2014.

Na comparação entre o 2T14 e o 1T14 demonstrou uma estabilidade deste custos/despesas com um variação positiva de R\$ 2,6%.

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB 2º Trimestre de 2014

6

- ✓ **Arrendamento:** Apresentou um aumento de R\$ 0,4 milhão (4,5%) na comparação com o 2T13 devido à revisão anual do contrato firmado entre a Investco S.A. e a Controlada CEB Lajeado S.A que foi atualizado pelo INPC. No acumulado do 1S14 a despesas totalizou R\$ 20,0 milhões (R\$ 19,1 milhões no 1S13)

DEPRECIACÃO / AMORTIZAÇÃO

A despesa com Depreciação e Amortização foi R\$ 13,6 milhões no 2T14, um acréscimo de R\$ 1,3 milhão (8,9%) na comparação com o 2T13 em função das novas aquisições. Na comparação com o 1T14 as despesas de depreciação e amortização apresentaram-se estável.

R\$ mil	Trimestres					1S14	1S13	Δ Ano
	2T14	1T14	2T13	Δ Trim.	Δ Ano			
Depreciação/Amortização	13.607	13.537	12.490	0,52%	8,94%	27.144	24.692	9,93%

OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

Apresentou um ganho líquido de R\$ 1,2 milhão no 2T14. Na comparação com o 1T14 o aumento ocorreu basicamente pela contabilização de dividendos prescritos (R\$ 4,3 milhões) e pela constituição de perdas de Depósitos Judiciais (R\$ 2,8 milhões) o que gerou um ganho líquido de R\$ 1,5 milhão.

	Trimestres					1S14	1S13	Δ Ano
	2T14	1T14	2T13	Δ Trim.	Δ Ano			
Outras Receitas Operacionais								
Outras Receitas Operacionais								
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego	7.099	7.828	8.546	(9,3%)	(16,9%)	14.927	15.316	(2,5%)
Ressarcimento CCEArS	6.018	7.126	1.375	(15,5%)		13.144	6.694	
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas	2.791	2.378	2.736	17,4%	2,0%	5.169	5.133	0,7%
Dividendos Prescritos	4.372					4.372		
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros	570		4.296			570	4.296	(86,7%)
Reversão de Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais		18	721	(100,0%)	(100,0%)	18	1.790	(99,0%)
Ganho na Baixa de Bens	(9)	(11)	7	(18,2%)	(228,6%)	(20)	(13)	53,8%
Outras Receitas	14		116		(87,9%)	14	825	(98,3%)
Total	20.855	17.339	17.797	20,3%	17,2%	38.194	34.041	12,2%
Outras Despesas Operacionais								
Provisão de Benefícios Pós Emprego	(10.346)	(9.814)	(9.549)	5,4%	8,3%	(20.160)	(19.097)	5,6%
Compensação de descontinuidade de energia	(3.859)	(6.212)	(4.875)	(37,9%)	(20,8%)	(10.071)	(8.858)	13,7%
Provisão para Perdas - Depósitos Judiciais	(2.862)					(2.862)		
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(2.213)	(1.534)	(3.933)	44,3%	(43,7%)	(3.747)	(5.990)	(37,4%)
Multas ANEEL	(265)	(247)	(251)	7,3%	5,6%	(512)	(526)	(2,7%)
Outras Despesas	(20)	(94)	830	(78,7%)	(102,4%)	(114)	(61)	86,9%
Total	(19.565)	(17.901)	(17.778)	9,3%	10,1%	(37.466)	(34.532)	8,5%
Outras Receitas e Despesas Operacionais	1.290	(562)	19			728	(491)	

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro foi negativo no 2T14 no montante de R\$ 10,5 milhões (R\$ 5,8 milhões no 2T13). Na comparação com o 1T14 ocorreu um aumento de R\$ 7,5 milhões (negativo), influenciado pela contabilização da atualização monetária da Contribuição de Iluminação Pública – Concessão no valor de R\$ 3,8 milhões e pela atualização monetária da dívida com a Coligada Corumbá Concessões S.A de diferenças contratuais por comercialização de energia no montante de R\$ 1,6 milhão. As demais rubricas não apresentaram variações significativas.

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

2º Trimestre de 2014

7

	Trimestres							
	2T14	1T14	2T13	Δ Trim.	Δ Ano	1S14	1S13	Δ Ano
Receitas Financeiras								
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	3.165	2.784	2.356	13,7%	34,3%	5.949	5.757	3,3%
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia	2.380	2.674	3.174	(11,0%)	(25,0%)	5.054	6.256	(19,2%)
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica	1.418		(396)		(458,1%)	1.418		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.166	1.932	1.067	12,1%	103,0%	4.098	2.643	55,1%
Multas e Penalidades Aplicadas	72	1.318	203	(94,5%)	(64,5%)	1.390	667	108,4%
Outras Receitas Financeiras	893	925	320	(3,5%)	179,1%	1.818	602	202,0%
Total	10.094	9.633	6.724	4,8%	50,1%	19.727	15.925	23,9%
Despesas Financeiras								
Encargos da Dívida	(5.672)	(5.034)	(5.469)	12,7%	3,7%	(10.706)	(12.049)	(11,1%)
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	(13.017)	(6.084)	(4.603)	114,0%	182,8%	(19.101)	(9.483)	101,4%
Custo de Transação (Empréstimos e Financiamentos)							(2.972)	
Atualização de Benefício pós-emprego	(980)	(1.041)	(1.272)	(5,9%)	(23,0%)	(2.021)	(2.593)	(22,1%)
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica			(1.107)				(1.107)	
Outras Despesas Financeiras	(955)	(484)	(86)	97,3%	1.010,5%	(1.439)	(453)	217,7%
Total	(20.624)	(12.643)	(12.537)	63,1%	64,5%	(33.267)	(28.657)	16,1%
Resultado Financeiro	(10.530)	(3.010)	(5.813)	249,8%	81,1%	(13.540)	(12.732)	6,3%

EBITDA (LAJIDA)

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA ajustado (conforme Instrução CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012), excluindo o resultado da venda de bens, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e da capacidade de cobrir sua necessidade de capital de giro. Ambas as medidas não devem ser consideradas como alternativas ao lucro operacional e ao fluxo de caixa operacional, na qualidade de indicador de liquidez, para os períodos apresentados. Destaca-se que o EBITDA ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

No 2T14 o EBITDA ajustado foi negativo no montante de R\$ 50,6 milhões, um aumento da posição negativa de R\$ 39,3 milhões (350,0%) na comparação com o 2T13 (R\$ 11,2 milhões negativo). A margem EBITDA ajustada no 2T14 foi de (-10,8%) contra -2,4% no 2T13 e -11,9% no 1T14. Os principais ofensores do EBITDA no 2T14 foram o Custo da Energia Comprada para revenda líquido dos repasses de recursos da CDE e da Conta ACR que totalizou R\$ 329,3 milhões (R\$ 309,0 milhões no 1T14 e R\$ 270,1 milhões no 2T13) e a constituição pela Coligada Corumbá Concessões de provisão para riscos de natureza cível devido à decisão favorável ao reclamante o acionista Serveng Cilvisan S.A, que requereu o reconhecimento de compensação por perdas e danos no contrato de obra gerado por atrasos nos recebimentos das faturas e da respectiva correção monetária e juros de mora. O valor provisionado foi de 118,2 milhões, gerando um impacto negativo na Coligada de R\$ 78,0 milhões e deste total, R\$ 35,5 milhões foram reconhecidos na CEB via equivalência patrimonial. No final do 1S14 o EBITDA ajustado foi negativo no montante de R\$ 99,7 milhões (R\$ 19,0 milhões no 1S13).

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB
2º Trimestre de 2014

8

R\$ mil	Trimestres					1S14	1S13
	2T14	1T14	2T13	Δ Trim.	Δ Ano		
Prejuízo Consolidado do Período	(77.599)	(70.396)	(34.304)	10,2%	126,2%	(147.995)	(65.255)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	2.808	4.771	4.744	(41,1%)	(40,8%)	7.579	8.742
(+) Resultado Financeiro	10.530	3.010	5.813	249,8%	81,1%	13.540	12.732
(+) Depreciação /Amortização	13.607	13.537	12.490	0,5%	8,9%	27.144	24.692
EBITDA	(50.654)	(49.078)	(11.257)	3,2%	350,0%	(99.732)	(19.089)
Itens não Recorrentes							
(-) Ganho na Venda de Bens	9	11	(7)	(18,2%)	(228,6%)	20	13
EBITDA Ajustado	(50.645)	(49.067)	(11.264)	3,2%	349,6%	(99.712)	(19.076)
Margem EBITDA %	(10,88)	(11,96)	(2,47)	(9,1%)	340,4%	(11,39)	(2,29)
Margem EBITDA Ajustado %	(10,88)	(11,96)	(2,47)	(9,1%)	340,1%	(11,38)	(2,29)

PREJUÍZO CONSOLIDADO DO PERÍODO

O Prejuízo consolidado no 2T14 foi de R\$ 77,5 milhões, sendo que a parte atribuída aos acionistas controladores foi R\$ 80,6 milhões (R\$ 38,8 milhões 2T14) um aumento de 121,4%. No acumulado do 1S14 o prejuízo consolidado foi de R\$ 147,9 milhões, a parte atribuída aos acionistas controlares foi R\$ 155,1 milhões (R\$ 71,3 milhões no 1S13). Para os acionistas não controladores, o valor atribuído foi um Lucro de R\$ 7,1 milhões no 1S14 contra R\$ 6,0 milhões no 1S13 um acréscimo de 18,3%.

	Trimestres					1S14	1S13
	2T14	1T14	2T13	Δ Trim.	Δ Ano		
Prejuízo Consolidado do Período	(77.599)	(70.396)	(34.304)	10,2%	126,2%	(147.995)	(65.255)
Margem Líquida	(16,67%)	21,95%	(7,53%)	(175,9%)	121,4%	(16,90%)	(7,82%)
Prejuízo Atribuído aos Controladores	(80.641)	(74.531)	38.838	8,2%	(307,6%)	(155.172)	(71.330)
Prejuízo por Ação (R\$)	(8,7816)	(8,1158)	4,2291	8,2%	(307,6%)	(16,898)	(7,768)

OUTROS INDICADORES

ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta consolidada apresentou uma redução de R\$ 55,2 milhões (-18,6%) em relação a junho de 2013. Em comparação com dezembro de 2013, a queda foi de 20,7 milhões (-7,9%). A Dívida Líquida em junho de 2014 representava 5,8 EBITDA contra 2,5 em dezembro de 2013 e 257,2 em junho de 2013.

	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013	Δ Trim.	Δ Ano
Curto Prazo	128.912	119.207	108.252	8,1%	19,1%
Longo Prazo	111.703	142.141	187.637	(21,4%)	(40,5%)
Dívida Total	240.615	261.348	295.889	(7,93%)	(18,68%)
(-) Caixa Disponível (R\$ mil)	77.801	96.786	88.179	(19,6%)	(11,8%)
= Dívida Líquida (R\$ mil)	162.814	164.562	207.710	(1,1%)	(21,6%)
Dívida Líquida / EBITDA	5,8	2,5	257,2	41,6%	(98,6%)

*EBITDA anualizada

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho
Companhia Energética de Brasília S.A – CEB
2º Trimestre de 2014

9

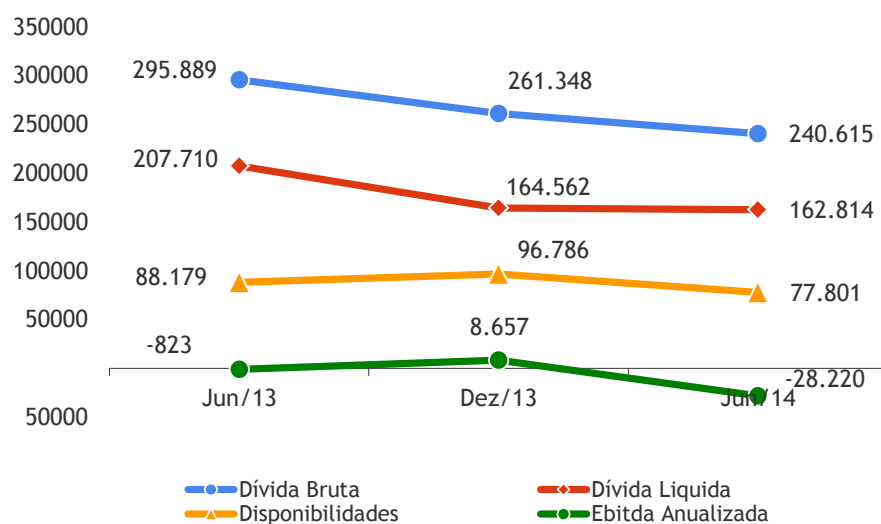
CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA BRUTA

Cronograma de Amortização da Dívida Bruta	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Moeda Nacional	128.912	42.918	25.947	16.430	13.111	13.297	240.615

MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	30/06/2014
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2013	261.348
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	46.600
Encargos Incorridos no Período	11.086
Encargos Financeiros Pagos	(11.086)
Amortizações de principal	(67.333)
Saldo em 30 junho de 2014	240.615

Comportamento da Dívida



Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB
2º Trimestre de 2014

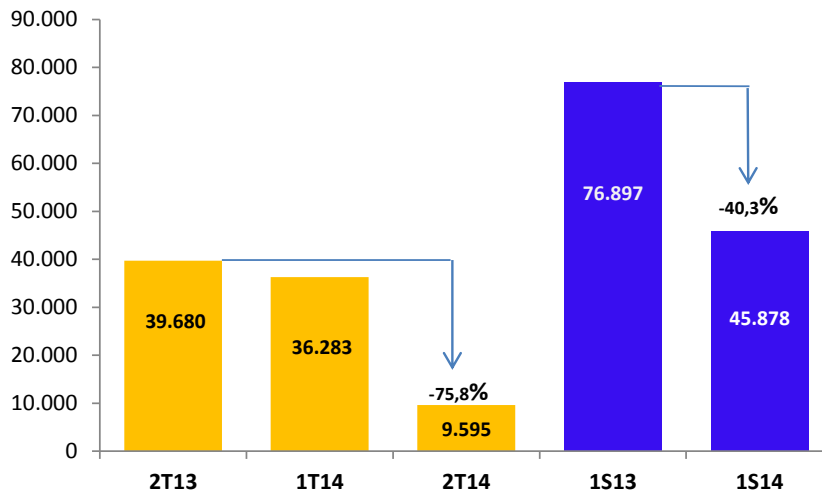
10

CAPEX (SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO)

No 2T14, os investimentos totalizaram R\$ 9,5 milhões, apresentando uma redução de R\$ 30,0 milhões (-75,8%) em relação ao 2T13 (R\$ 39,6 milhões). Em relação ao 1T14 a redução foi de 26,6 milhões (-73,6%). No acumulado do 1S14 os investimentos atingiram R\$ 45,8 milhões uma redução de R\$ 31,0 milhões em relação aos investimentos realizados no 1S13 (R\$ 76,8 milhões). A redução verificada no 2T14 é reflexo da conclusão das obras vinculadas a Copa do Mundo de 2014 que foram iniciadas em 2012 e encerradas no 1T14.

Trimestres

R\$ mil	2T14	1T14	2T13	Δ Trim.	Δ Ano	1S14	1S13	Δ Ano
CAPEX	9.595	36.283	39.680	(73,6%)	(75,8%)	45.878	76.897	(40,3%)



Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A – CEB 2º Trimestre de 2014

11

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

R\$ mil	Trimestres			1S14	1S13
	2T14	1T14	2T13		
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	628.665	566.193	600.322	1.194.858	1.133.198
Fornecimento de Energia Elétrica	465.470	449.314	421.064	914.784	868.493
Receita de Construção	35.505	37.766	62.444	73.271	103.427
Energia de Curto Prazo	88.057	42.948	86.572	131.005	95.874
Receita de Prestação de Serviços	19.053	15.867	12.053	34.920	26.502
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	4.223	3.729	3.563	7.952	9.444
Suprimento de Energia	8.768	9.256	6.881	18.024	14.016
Receita de Venda de Gás	1.181	1.130	1.499	2.311	2.837
Outras Receitas	6.408	6.183	6.246	12.591	12.605
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(163.057)	(155.974)	(144.601)	(319.031)	(299.066)
Tributos s/ Receita Operacional Bruta	(150.241)	(146.180)	(136.543)	(296.421)	(279.272)
Encargos do Consumidor	(12.816)	(9.794)	(8.058)	(22.610)	(19.794)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	465.608	410.219	455.721	875.827	834.132
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	(516.262)	(459.297)	(466.978)	(975.559)	(853.221)
Custo da Energia Comprada	(329.393)	(309.062)	(270.135)	(638.455)	(519.623)
Energia elétrica comprada para revenda	(241.102)	(250.247)	(240.007)	(491.349)	(446.089)
Encargos de uso da rede elétrica	(17.928)	(21.317)	(43.225)	(39.245)	(65.732)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(81.186)	(52.878)	(35.577)	(134.064)	(56.476)
Ressarcimento de Recursos da CDE	5.290		48.674	5.290	48.674
Repasse de Recursos da CONTA - ACR	5.533	15.380		20.913	
Demais Custos/Despesas Operacionais, Líquidas	(186.869)	(150.235)	(196.843)	(337.104)	(333.598)
Pessoal e Administradores	(50.608)	(49.233)	(48.216)	(99.841)	(90.253)
Custo de Construção	(35.505)	(37.766)	(62.444)	(73.271)	(103.427)
Serviços de Terceiros	(44.634)	(40.910)	(40.822)	(85.544)	(76.668)
Arrendamento	(10.032)	(10.033)	(9.596)	(20.065)	(19.193)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(6.494)	(6.521)	(33.774)	(13.015)	(35.066)
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(2.213)	(1.516)	(3.212)	(3.729)	(4.200)
Gás Comprado pra Revenda	(854)	(818)	(1.083)	(1.672)	(2.049)
Material	(1.058)	(3.297)	(1.425)	(4.355)	(2.358)
Equivalência Patrimonial	(30.887)	7.833	8.016	(23.054)	11.002
Outras Despesas Operacionais	(25.439)	(25.295)	(21.363)	(50.734)	(43.637)
Outras Receitas Operacionais	20.855	17.321	17.076	38.176	32.251
EBITDA	(50.654)	(49.078)	(11.257)	(99.732)	(19.089)
Margem EBITDA	-10,88%	-11,96%	-2,47%	-11,39%	-2,29%
Resultado Financeiro	(10.530)	(3.010)	(5.813)	(13.540)	(12.732)
Depreciação e Amortização	(13.607)	(13.537)	(12.490)	(27.144)	(24.692)
RESULTADO ANTES DAS DEDUÇÕES/PARTICIPAÇÕES	(74.791)	(65.625)	(29.560)	(140.416)	(56.513)
Deduções Antes dos Tributos	(2.808)	(4.771)	(4.744)	(7.579)	(8.742)
IRPJ/CSLL	(2.808)	(4.771)	(4.744)	(7.579)	(8.742)
PREJUÍZO CONSOLIDADO DO PERÍODO	(77.599)	(70.396)	(34.304)	(147.995)	(65.255)
Atribuível aos Acionistas Controladores	(80.641)	(74.531)	(38.838)	(155.172)	(71.330)
Atribuível aos Acionistas não Controladores	3.042	4.135	4.534	7.177	6.075

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A – CEB 2º Trimestre de 2014

12

ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial - R\$ mil	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Total Ativo	2.455.321	2.434.831	2.295.789
Circulante	564.427	520.802	455.047
Caixa e Equivalentes de Caixa	77.801	96.786	84.179
Contas a Receber	338.161	308.840	268.646
Aplicações Financeiras	295	295	566
Estoques	25.648	34.615	12.792
Tributos e Contribuições Compensáveis	34.431	29.307	34.533
Demais Créditos	88.091	50.959	54.331
Não Circulante	1.890.894	1.914.029	1.840.742
Contas a Receber	49.383	54.097	66.727
Depósitos e Bloqueios Judiciais	12.527	12.628	8.972
Tributos e Contribuições Compensáveis	20.331	22.199	8.897
Bens Mantidos para Venda			1.714
Ativo Financeiro Indenizável	753.887	729.119	636.642
Demais Créditos	1.820	1.834	1.676
Investimentos	656.285	684.537	664.542
Imobilizado	131.162	138.507	118.259
Intangível	265.499	271.108	333.313
Total Passivo	2.455.321	2.434.831	2.295.789
Circulante	1.097.082	897.302	724.039
Fornecedores	432.237	344.101	216.992
Obrigações Tributárias	163.664	118.091	104.834
Contribuição de Iluminação Pública	175.753	121.144	80.410
Encargos Regulatórios	32.347	40.301	30.071
Empréstimos e Financiamentos	128.912	119.207	108.252
Obrigações Societárias	30.948	32.233	45.285
Obrigações Sociais e Trabalhistas	35.528	35.124	27.496
Benefícios Pós Emprego	66.366	66.075	59.821
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	5.450	4.850	15.958
Demais Obrigações	25.877	16.176	34.920
Não Circulante	999.165	994.765	971.225
Fornecedores	12.952	4.552	
Obrigações Tributárias	145.839	145.822	134.094
Empréstimos e Financiamentos	111.703	142.141	187.637
Obrigações Sociais e Trabalhistas		2.420	
Benefícios Pós Emprego	301.634	286.670	269.658
Encargos Regulatórios	139.903	127.908	118.206
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	70.082	66.982	42.428
Demais Obrigações	217.052	218.270	219.202
Patrimônio Líquido	359.074	542.764	600.525
Atribuído aos acionistas controladores	129.733	308.344	370.845
Capital Social	342.056	342.056	342.056
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	11.969	11.969	11.969
Ajuste de Avaliação Patrimonial	25.059	48.498	86.708
Reserva de Lucros			2.050
Prejuízos Acumulados	(249.351)	(94.179)	(71.938)
Atribuído aos acionistas não controladores	229.341	234.420	229.680

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB
2º Trimestre de 2014

13

ANEXO III – RECEITA LÍQUIDA POR CLASSE DE CONSUMIDORES – SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Consumidores	1S14	1S13	1S14	1S13	1S14	1S13
	Consumidores		MWh		Valor	
Consumidores						
Residencial	838.832	805.146	1.141.953	1.074.431	361.854	349.649
Industrial	1.696	1.703	121.233	121.095	38.955	39.724
Comercial	105.675	103.462	1.016.539	982.980	317.469	312.169
Rural	10.009	9.820	69.419	65.115	14.489	13.624
Poder Público	5.956	5.262	319.092	307.439	108.698	101.020
Iluminação Pública	19	19	206.504	199.793	34.645	33.018
Serviço Público	319	281	173.857	160.547	37.142	35.339
(=) Fornecimento faturado	962.506	925.693	3.048.597	2.911.400	913.252	884.543
Consumo Próprio	50	46	976	950		
Fornecimento Não Faturado Líquido					(15.763)	(24.117)
Encargo de Capacidade Emergencial					2	3
Aportes Recursos CDE					17.293	8.065
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	962.556	925.739	3.049.573	2.912.350	914.784	868.494
Energia elétrica de curto prazo					127.298	94.297
Disponibilização do Sistema de Distribuição					8.338	9.828
Receita de construção					73.271	103.427
Receita da prestação de serviços					965	1.024
Arrendamentos e Aluguéis					12.032	11.122
Outras receitas e rendas					562	1.505
Total da receita operacional					1.137.250	1.089.697
Deduções da Receita					(307.236)	(288.967)
Impostos					(184.937)	(177.981)
ICMS					(184.316)	(177.410)
ISS					(621)	(571)
Contribuições					(100.529)	(91.850)
PIS/PASEP					(17.932)	(16.384)
COFINS					(82.597)	(75.466)
Encargos do Consumidor					(21.770)	(19.136)
Encargo de Capacidade Emergencial					(2)	(3)
Programa de Eficiência Energética - PEE					(3.940)	(3.151)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE					(13.888)	(8.952)
Conta de Consumo de Combustível - CCC						(3.866)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D					(3.940)	(3.163)
Outros Encargos						(1)
Receita Operacional Líquida					830.014	800.730

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Objetivo Social

A Companhia Energética de Brasília – CEB (“Companhia” ou “CEB”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com sede social localizada na cidade de Brasília, no Distrito Federal, SGCVS lote 15 bloco C, 2º e 3º andares, ed. Jade home office, Brasília, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na BM&F Bovespa, sob os códigos de negociação CEBR3, CEBR5 e CEBR6, para as ações ordinárias e preferenciais.

A CEB tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como serviços correlatos.

1.2 Participações societárias

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão representadas conforme a seguir:

Empresas	Atividade	30/06/2014	31/12/2013
Participações diretas			
Em controladas			
CEB D	Distribuição	100%	100%
CEB Geração S.A.	Geração	100%	100%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100%	100%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasiliense de Gás	Gás	17%	17%
Em controlada em conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em coligada			
Corumbá Concessões S.A.	Geração	47,57%	47,57%
Participações indiretas			
Em coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00%	9,00

a) Controladas

- **CEB D** – A CEB Distribuição S.A. (“CEB D”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, organizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, constituída em 20 de junho de 2005 e com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília - CEB.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CEB D é uma concessionária pública de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal.

(i) Informações sobre a concessão de distribuição de energia elétrica da CEB D

A CEB D é detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da ANEEL, com prazo de vencimento em 7 de julho de 2015.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente ao poder concedente ao término do contrato procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

As principais obrigações da CEB D, previstas no contrato de concessão, consistem em:

- i) Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, pelas tarifas homologadas pelo poder concedente, nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação.
- ii) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, de modo a assegurar a continuidade, a regularidade, a qualidade e a eficiência dos serviços.
- iii) Manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar pela sua integridade. A venda, cessão ou doação em garantia hipotecária dos bens imóveis ou de partes essenciais das instalações depende de prévia e expressa autorização do poder concedente.
- iv) Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, respondendo ao poder concedente, aos usuários e a terceiros, pelas eventuais consequências danosas da exploração dos serviços.
- v) Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, aos encargos oriundos de normas regulamentares estabelecidos pelo poder concedente.
- vi) Permitir aos encarregados da fiscalização do poder concedente, livre acesso, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como aos seus registros contábeis.
- vii) Prestar contas ao poder concedente e aos usuários, segundo as prescrições legais e regulamentares específicas, da gestão dos serviços concedidos.
- viii) Manter as reservas de água e de energia elétrica necessárias ao atendimento dos serviços de utilidade pública.
- ix) Observar a legislação de proteção ambiental, respondendo pelas eventuais consequências de seu descumprimento.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

x) Realizar programas de treinamento, de modo a assegurar, permanentemente, a melhoria da qualidade e mais eficiência na prestação dos serviços concedidos.

xi) Participar do planejamento setorial e da elaboração dos planos de expansão do Sistema Elétrico Nacional, implementando e fazendo cumprir, em sua área de concessão, as recomendações técnicas e administrativas deles decorrentes.

xii) Aderir ao Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica e assegurar livre acesso aos seus sistemas de transmissão e distribuição.

xiii) Integrar o Grupo Coordenador para Operação Interligada - GCOI, operando suas instalações de acordo com as regras vigentes, devendo a concessionária acatar e aplicar quaisquer novas resoluções, recomendações e instruções emitidas pelo GCOI.

xiv) Respeitar, nos termos da legislação em vigor, os limites das vazões de restrição, máxima e mínima, a jusante de seus aproveitamentos hidrelétricos, devendo considerar, nas regras operativas, a alocação de volume de espera nos reservatórios de suas usinas, de modo a minimizar os efeitos adversos das cheias.

xv) Efetuar, quando determinado pelo poder concedente, consoante o planejamento para o atendimento do mercado, os suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e às interligações que forem necessárias. Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente que é representado pela ANEEL. Os valores das tarifas são reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A revisão tarifária periódica ocorre a cada quatro anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A data da última revisão tarifária da CEB D foi no dia 26 de agosto de 2012. Neste processo, a ANEEL procedeu ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da CEB D, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A CEB D também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da CEB D.

Não poderá ocorrer transferência de controle acionário majoritário da CEB D sem anuência prévia do poder concedente. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

(ii) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB D

Os planos da Administração para o aprimoramento das atividades da Companhia consistem na busca da eficiência administrativa e operacional para garantir, tanto a renovação da Concessão do Serviço Público de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Distribuição de Energia Elétrica no DF, de forma sustentável, com retorno compatível aos investimentos realizados e em curso, quanto a eficiência técnica no atendimento aos consumidores do Distrito Federal.

A Administração tem desenvolvido medidas para a redução de seu custeio visando a atingir a necessária liquidez da Companhia. Estas medidas se baseiam em estudos já realizados e em processo de implantação, tais como: redução de valores na rubrica serviços de terceiros; ajustes de componentes de custeio de pessoal; ajuste da estrutura organizacional; e a priorização das obras de maior impacto na prestação do serviço aos consumidores de energia elétrica do Distrito Federal.

Dentre as medidas em curso e de grande repercussão econômica e financeira ressaltam-se:

- a) a reavaliação do Plano de Saúde, objetivando a implantação de uma nova modalidade de plano assistencial lastreada em estudos técnicos;
- b) a adoção de ação judicial para o interruptivo de prescrição, referente aos valores despendidos do plano assistencial dos ex-empregados da CEB, em decorrência do cumprimento ao art. 4º, da Lei 3.010/2002, que imputa a responsabilidade financeira desse plano à CEB, na falta de indicação de fonte de custeio pelo GDF. Após o levantamento do passivo e os documentos comprobatórios solicitado à FACEB, a CEB cobrará judicialmente, o passivo dos valores gastos até o presente momento, além solicitar a indicação da fonte para os períodos seguintes; e
- c) a alienação de imóveis inservíveis à Concessão.

Ainda nesse contexto, a administração está em processo de negociação com o Poder Executivo para reconhecer a dívida de consumo de energia elétrica dos órgãos do Governo do Distrito Federal – GDF, e quitação do montante para com a Companhia, débitos já reconhecidos nos processos de prestações de contas anuais. Esses recursos trarão significativa melhoria para a situação econômica e financeira da Companhia (Nota 6 d).

Importante ressaltar que a CEB D vem desenvolvendo um plano investimento, o maior de toda a sua história, para recuperar a capacidade técnica-operativa do sistema de distribuição de energia elétrica do Distrito Federal e, também, para atender ao crescimento do mercado consumidor. Os resultados alcançados já estão sendo desfrutados pela população atendida, o que se pode comprovar pela melhoria dos indicadores de frequência e de tempo das interrupções no fornecimento de energia elétrica, bem como pelo considerável aumento da capacidade e da confiabilidade no fornecimento de energia elétrica, devido às interligações das fontes de suprimento, propiciado pelas obras executadas e em operação comercial. Outras tantas previstas, algumas em fase final de execução, melhorarão ainda mais esses indicadores de qualidade.

Esse plano de investimentos contempla obras com a proposta de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, por meio de linha excepcional para atendimento a projetos de interesse para a Copa do Mundo de Futebol de 2014. O projeto está em pauta no BNDES e na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. A operação almeja, ao final, o alongamento da dívida contraída pela CEB D em 2002 para honrar os gastos com custo de energia contraídos durante o racionamento de 2001.

O sucesso do plano de investimentos, aliado ao enorme esforço empresarial para a recuperação da qualidade e da confiabilidade do sistema elétrico do DF, permitirá maior celeridade ao processo de recuperação da empresa, mediante o reconhecimento de remuneração tarifária dos investimentos realizados, cujo efeito deverá acontecer na revisão tarifária de 2016.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ainda, destacam-se os valores da Conta de Compensação de Valores de Itens da Parcela A - CVA em processamento, considerando, principalmente os custos adicionais com o despacho termoeletrico, em decorrência da crise energética pelo baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas. A CEB D possui uma diferença a receber de CVA, relativa ao período de agosto/2012 a julho/2013, que não foi reconhecida na época do reajuste tarifário de 2013. Inclui-se também, o impacto econômico da despesa de energia reconhecida em novembro de 2013, em virtude da não aplicabilidade da REN nº 165/2005 ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a Corumbá Concessões S.A. e a Companhia Energética de Brasília – CEB, o qual será contemplado no reajuste tarifário de 2014, segundo diretrizes estabelecidas pelo órgão regulador.

A toda evidência, importa destacar a postura extremamente proativa do Acionista Majoritário, cujas ações, em especial, resultaram em significativos aportes nos últimos exercícios, bem como a iniciativa para o reconhecimento de dívidas pendentes com a CEB D, demonstram de forma inequívoca, o compromisso do Governo do Distrito Federal em garantir a plena recuperação e continuidade das operações da Companhia.

(iii) Prorrogação das concessões

Medida Provisória nº 579 e Decreto Lei nº 7.805

O Governo Federal oficializou, por meio da Medida Provisória nº 579/2012 assinada em 11 de setembro de 2012, e convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a redução nos custos de energia elétrica para consumidores residenciais e industriais e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. Para as concessões de Distribuição haverá condições específicas a serem estabelecidas pela ANEEL em contrato de concessão e/ou seus termos aditivos. Adicionalmente, a referida Lei elimina os encargos setoriais CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e RGR (Reserva Global de Reversão), e reduz o encargo CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em 75%.

Em 24 de janeiro de 2013, conforme disposto na Medida Provisória nº 579/2012, assinada em 11 de setembro de 2012, e convertida na Lei nº 12.783 em 11 de janeiro de 2013, a ANEEL efetuou o cálculo da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE para a CEB D, por meio da Resolução Homologatória Nº 1.446, de 24 de janeiro de 2013 que homologou as novas tarifas de energia para a Companhia, apurando uma redução média de 18,11% para os consumidores residenciais de baixa tensão. Para as demais classes de consumidores, os efeitos variaram entre 15% e 22%. A redução média da receita regulatória, considerada para o cálculo da RTE ocorrida em 2013 foi de 17,38%.

Para a Companhia a concessão poderá ser prorrogada, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço, a modicidade tarifária e o atendimento aos critérios de racionalidade operacional e econômica.

A prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica dependerá da aceitação expressa das condições estabelecidas no contrato de concessão e/ou nos termos aditivos. A partir da decisão do Poder Concedente pela prorrogação, a Companhia deverá assinar o contrato de concessão e/ou os termos aditivos no prazo de até trinta dias contados da convocação.

(v) Reajuste Tarifário

O reajuste tarifário acontece anualmente e tem por objetivo repassar os custos não gerenciáveis da concessão (energia comprada para fornecimento, encargos setoriais e encargos de transmissão) e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória nº 1.589, de 20 de agosto de 2013, estabeleceu o reajuste tarifário anual da CEB D.. O reajuste médio, que passou a vigorar a partir de 26 de agosto de 2013, ficou em 7,64% para o período de 12 meses, sendo 9,22% o reajuste econômico e de -1,58% relativos aos componentes financeiros pertinentes.

O efeito médio desse reajuste sobre as tarifas dos consumidores foi de 6,10%, sendo de 6,43% para os consumidores atendidos em alta tensão e de 5,94% para aqueles atendidos em baixa tensão.

(vi) Efeitos da Validação da Base de Remuneração Regulatória

A Resolução Homologatória nº 1.335/2012 estabeleceu o resultado provisório da Terceira Revisão Tarifária Periódica da CEB D, em função da validação da Base de Remuneração e a Resolução Homologatória nº 1.588/2013 estabeleceu o resultado definitivo da Terceira Revisão Tarifária Periódica. Os efeitos da provisoriedade de Base de Remuneração foram percebidos no Reajuste Tarifário Anual, em agosto de 2013, e resultou na devolução para os consumidores da área de concessão da empresa, uma redução de 0,35% em relação às tarifas originalmente calculadas.

(vii) Aportes de Recursos da CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foi criada originalmente pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, visando o desenvolvimento energético dos estados.

A CDE tem como finalidade promover a universalização do serviço de energia elétrica; garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa dos consumidores Residencial Baixa Renda; prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC); prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária; promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e da Medida Provisória nº 605, vigente no período de 23 de janeiro a 3 de junho de 2013, a CDE teve seu rol de destinações ampliado, quais sejam: prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica (na vigência da MP 605/2013); e prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição (na vigência da MP nº 605/2013).

Em caráter excepcional, visando atenuar os efeitos da conjuntura hidrológica desfavorável, diante das medidas empreendidas pelo Governo Federal em prol da modicidade tarifária, foi publicado o Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, que introduziu novas alterações nos instrumentos de repasse de recursos da CDE. Assim, a CDE passou a prover ainda: recursos para o risco hidrológico, exposição involuntária, ESS por segurança energética e o valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, de que trata a Portaria Interministerial nº MME/MF nº 25/2002, relativo ao ESS e à energia comprada para revenda (CVA Energia e CVA ESS). Esse repasse terá apuração anual, nos processos de reajuste e revisão tarifária das concessionárias de distribuição realizada no período de março de 2013 a fevereiro de 2014.

Sendo assim, a Resolução Homologatória 1.589/2013 que reajustou as tarifas da CEB D, estabeleceu também, um valor mensal correspondente a R\$ 1.763 a ser repassado pela Eletrobrás à Companhia, no período de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

competência de dezembro de 2013 a julho de 2014, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, para a competência de janeiro de 2014, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013.

Adicionalmente, em 2 de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 garantindo o direito das distribuidoras de reembolso dos custos extraordinários provenientes de energia termelétrica através de contratos por disponibilidade além daquelas adquiridas no mercado de curto prazo para o período de fevereiro até dezembro de 2014. O decreto define que caberá à CCEE contratar operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a CONTA-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

A CONTA-ACR foi criada por meio do Decreto nº 8.221/2014 e regulamentada pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 612/2014. Ela tem por finalidade cobrir os custos adicionais das distribuidoras de energia elétrica pela exposição involuntária no mercado de curto prazo e pelo despacho termelétrico dos contratos por disponibilidade.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é a responsável pela gestão dessa conta e pela contratação das operações de crédito, além de assegurar o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Tais operações custearão as despesas de fevereiro até dezembro de 2014. Também cabe à CCEE prestar as garantias necessárias aos credores das operações de crédito, incluindo cessão fiduciária dos direitos creditórios e do saldo da Conta - ACR.

O valor mensal que será repassado a cada concessionária é homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio de Despacho da Superintendência de Regulação Econômica – SRE e considera a cobertura tarifária vigente. Até 30 de junho de 2014, o montante reconhecido destes repasses totalizou R\$ 20.913 (Nota 25b) e foram registrados como uma compensação dos custos com energia elétrica comprada. Deste montante, R\$ 3.805 encontra-se pendente de recebimento (Nota 8).

O recolhimento dos valores repassados pela União será realizado por meio de quotas da CDE, a partir dos processos tarifários de 2015, com atualização do IPCA.

(viii) Renovação da Concessão

O Contrato de Concessão da Companhia nº 066/1999 - ANEEL foi celebrado com a ANEEL (representando o Poder Concedente) em 26 de agosto de 1999 e tem vigência até 7 de julho de 2015. Nele está prevista a possibilidade de renovação por mais vinte anos, desde que subordinada ao interesse público e que o pedido fosse apresentado até 36 (trinta e seis) meses antes do término do prazo contratual, ou seja, até 7 de julho de 2012.

Em 29 de junho de 2012, a CEB D protocolou na ANEEL sob o nº 48513.022210/2012-00 o requerimento de prorrogação de Concessão de exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal, anexando, para tanto, os comprovantes de regularidade e adimplemento, conforme exigência contratual vigente.

Nos termos da Medida Provisória nº 579 de 12 de setembro de 2012 e do Decreto nº 7.805 de 17 de setembro de 2012, em 5 de outubro de 2012 a CEB D ratificou, protocolo ANEEL nº 48513.033465/2012-00, o pedido de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

prorrogação da concessão de exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal por um período adicional de 30 (trinta) anos.

Em 11 de janeiro de 2013, a Medida Provisória foi convertida na Lei 12.783, entre outros, “dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária” e no Capítulo II trata “DA PRORROGAÇÃO DAS CONCESSÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA”. Especificamente o Art. 7º estabelece a possibilidade de prorrogação das concessões, entre outras, as de distribuição de energia elétrica (a critério do poder concedente) por uma única vez pelo prazo de até 30 (trinta) anos.

Em 17 de janeiro de 2014, a ANEEL manifestou-se sobre o requerimento de prorrogação dos Contratos de Concessões vencidos em 2015 e 2017 informando que, dentro de sua competência regulatória, realiza a análise dos requerimentos de prorrogação das concessões de distribuição, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação ou a rejeição de tais pedidos.

Conforme consta no Contrato de Concessão, na análise do pedido de prorrogação, a ANEEL levará em consideração todas as informações sobre o serviço público de distribuição de energia elétrica prestado, devendo aprovar ou rejeitar o pleito dentro do prazo acima previsto. O deferimento do pedido levará em consideração o cumprimento dos requisitos de serviço adequado, por parte da concessionária, conforme relatórios técnicos fundamentados, emitidos pela fiscalização da ANEEL.

- **CEB Geração S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.648, de 26 de dezembro de 2000, constituída como subsidiária integral, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica.

(i) Prorrogação das concessões

Medida Provisória nº 579/12 convertida na Lei nº 12.783/13 e Decreto Lei nº 7.805/12

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores residenciais e industriais, publicou a Medida Provisória nº 579 (“MP 579”). Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Lei nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários com contratos vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de prorrogação das suas concessões, mediante condições nela estabelecidas.

Para as concessionárias de geração, as principais condições referem-se à mudança para um regime tarifário, com revisões periódicas e quando da renovação haverá indenização dos ativos residuais pelo Valor Novo de Reposição – VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador. A remuneração dos geradores pela operação e manutenção, deverá ser definida em normatização específica que será elaborada pela ANEEL.

Conforme noticiado pelo Governo, essa medida deverá reduzir as tarifas de energia elétrica em 20,2%, em média (16,2% para residenciais e de 19,7% a 28% para os consumidores industriais) e baseia-se em dois pontos principais:

- (i) eliminação dos encargos setoriais RGR e CCC e redução da CDE, que contribuirá para a redução das tarifas finais em 7%; e

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) definição de novas condições para a prorrogação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

A subsidiária integral CEB Geração S.A., possui 2 (duas) concessões de geração de energia, conforme descrito a seguir:

- (i) UTE Brasília, outorgada pela Portaria do Ministério de Minas Energia - MME no. 255, e termo final da concessão em 7/7/2015. Para essa concessão, a Companhia apresentou à ANEEL, no dia 15 de outubro de 2012, requerimento de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Termelétrica.

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, a Companhia comunicou aos acionistas da Companhia Energética de Brasília – CEB e aos demais segmentos do mercado de capitais, que a subsidiária integral CEB Geração S.A. protocolou no dia 15 de outubro de 2012, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o pedido de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público relativo à Usina Termelétrica de Brasília, conforme consta na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012 e na aprovação na 35ª Assembleia Geral Extraordinária da CEB Geração S.A.

- (ii) UHE Paranoá, outorgada pelo Decreto no. 65.664, de 29/10/69 e prorrogada pela Portaria MME no. 255, e termo final da concessão em 29 de outubro de 2019.

Considerando que a concessão da UHE Paranoá expira apenas em 2019, as regras introduzidas pela MP 579 não se aplicam a essa concessão neste momento.

Contingências Jurídicas Dos Terrenos Da Usina Hidrelétrica Do Paranoá

Tramita perante o TJDF ação judicial (processo nº 115.748-8/2008) proposta por Sandra dos Santos Jacinto Motta Paes contra a CEB Geração S.A, cujo objeto é a instituição de passagem forçada na estrada de acesso a UHE Paranoá. Caso a ação judicial seja julgada procedente, não deverá ensejar despesas de qualquer natureza a Companhia pelo uso da via de acesso. O processo se encontra aguardando a sentença.

Consta também, em tramitação no TJDF o Processo nº 2002.01.1.085001-7, em que a CEB Geração S.A não é parte, onde é questionada da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP parte da propriedade o imóvel onde está localizada a UHE Paranoá pelo espólio de Sebastião de Souza e Silva e Outros, o que vem dificultando a regularização da situação dominial do imóvel pela CEB Geração S.A, não interferindo nas suas atividades de geração de energia.

- **CEB Participações S.A. – CEBPar** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788 de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral, atuando na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritária ou minoritariamente.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A sociedade também atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG–CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.

- **CEB Lajeado S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515 de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% (cinquenta e nove vírgula noventa e três por cento) do total das ações e 100% das ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, detém 40,07% (quarenta vírgula zero sete por cento) do total das ações e 100% das ações preferenciais da controlada.

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante da INVESTCO S.A, sobre este capital a CEB Lajeado S.A detém 20% de participação.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

- **Companhia Brasiliense de Gás – CEBGAS** – sociedade de economia mista, autorizada pela Lei Distrital nº 2.518 de 10 de janeiro de 2001, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, e 17% do total das ações.

(i) **Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB Gás**

A CEB Gás entrou em operação parcial em 08 de novembro de 2007. A operação parcial é realizada através do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que sua operação seja plena, faz-se necessária a viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o gasoduto Brasil – Bolívia ao Distrito Federal.

(b) **Controlada em conjunto com outros acionistas**

- **Energética Corumbá III S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25,0% das ações ordinárias e 50,0% das ações preferenciais.

(c) **Coligada**

- **Corumbá Concessões S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, constituída em 06 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A participação do Grupo no capital social da

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

empresa é de 47,57% (47,57% em 31/12/2013), sendo 45,21% (45,21% em 31/12/2013) de propriedade da CEB e 2,36% (2,36% em 31/12/2013) de propriedade da CEB Participações S.A..

(i) Ressarcimento e perdas e danos

Em dezembro de 2006, o fornecedor e acionista Serveng- Civilsan S.A. (“Serveng”) requereu o reconhecimento de compensação por perdas e danos nos contratos de obras gerado por atrasos no recebimento das faturas no montante de R\$ 31.416, sendo recalculado e atualizado para dezembro de 2009 em cerca de R\$ 71.086. Foi ainda apresentado em julho de 2009 uma complementação desse montante, relativo à correção e juros de mora também gerados pelos atrasos nos pagamentos das faturas que, em valores recalculados para dezembro de 2009, totalizavam R\$ 51.515. Este último deve ser somado ao primeiro valor pleiteado de perdas e danos, totalizando portanto R\$ 122.601 em 31 de dezembro de 2009. Esse montante atualizado para 31 de março de 2014 representava aproximadamente R\$ 163.000.

Dando seguimento à matéria, em abril de 2010 (2ª Reunião do Conselho de Administração - RECA), a Companhia contratou consultores jurídico e contábil, experts na matéria, para avaliar o pleito e recalculer os valores apresentados pela Serveng, tendo sido em seguida, convocada reunião do Conselho de Administração (4ª RECA de agosto de 2010) para apreciação dos valores resultantes (Serveng versus consultores jurídico e contábil).

Não obstante a apresentação dos consultores, os quais expuseram valores cerca de 41% menores que o pleiteado, os Conselheiros concluíram e fizeram registrar em ata que não dispunham de dados suficientes para deliberar sobre quaisquer dos dois valores (Serveng ou Consultores), naquele momento, autorizando a Diretoria a dar seguimento na matéria mantendo o Conselho informado.

Em 16 de dezembro de 2010, a Serveng-Civilsan S.A., dando continuidade à sua demanda, instaurou o procedimento arbitral junto à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo – CIESP, de forma que seja dado andamento ao seu pleito.

Após realização de perícia técnica, foi realizada audiência de instrução e julgamento na data de 04 de dezembro de 2013, na sede da Corte Arbitral, onde foram ouvidos os peritos, e testemunhas arroladas pela Serveng, após, foi deferido prazo para a Coligada Corumbá Concessões S.A ofertar minuta rechaçando os pareceres ofertados pela Serveng, acerca do tema “prescrição”, em obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório. A Corumbá Concessões S.A ofertou tempestivamente minuta rechaçando as alegações da Serveng, com lastro em 02 (dois) sólidos pareceres jurídicos.

Por conseguinte, as partes ofertaram suas alegações finais na data de 18 de fevereiro de 2014. Durante toda a evolução do processo, a administração da Corumbá Concessões S.A, em conjunto com seus assessores jurídicos, estimava que a chance de perda era possível e, por isso, nenhuma provisão vinha sendo registrada nas informações financeiras.

(a) Evento subsequente

Em 23 de julho de 2014 o Tribunal Arbitral deu conhecimento da sentença às partes, reconhecendo a procedência do pleito formulado pela Serveng, para condenar a Corumbá Concessões S.A. ao pagamento do valor de R\$118.254, atualizado para data de 30 de junho de 2014, a ser pago no prazo de 60 (sessenta) dias,

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contatos da intimação da sentença, sendo estabelecido ainda que nesse período incidirão juros de 1% e correção monetária pelo índice IGP-M.

Desta forma, por meio da referida sentença arbitral deu-se liquidez aos valores devidos pela Corumbá Concessões S.A à Serveng a título de ressarcimento e de perdas e danos decorrentes dos atrasos nos pagamentos das faturas contratuais.

A Corumbá Concessões S.A, representada pelos seus advogados, pediu em 1º de agosto de 2014 esclarecimentos adicionais à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo – CIESP, e em paralelo estudará formas de equacionamento desta obrigação.

Considerando a sentença do Tribunal Arbitral, o valor da sentença foi integralmente provisionado em junho de 2014. Por estimar que os créditos tributários poderão ser compensados no futuro previsível, a administração registrou imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R\$ 40.206 sobre a decisão.

Em virtude desse evento, a Corumbá Concessões S.A apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes em 30 de junho de 2014 no montante de R\$ 102.187.

Devido a recente decisão do Tribunal Arbitral, a administração da Corumbá Concessões S.A ainda está avaliando, com os acionistas da Companhia, as circunstâncias e forma de pagamento desse montante.

- **Investco** (investida direta da CEB Lajeado S.A.) – Empresa de capital aberto que tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado). A CEB, detém através de sua Controlada CEB Lajeado S.A. uma participação direta no capital social total da Investco S.A de 16,98%. Deste total, 20,0% são representados por ações ordinárias, 20,0% de ações preferenciais classe R, 6,02% de ações preferenciais classe A e 20% de ações preferenciais classe B.

A Investco, juntamente com as sociedades empreendedoras, é parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias.

(d) Outras Participações

- **BSB Energética S.A.** – Sociedade por ações, constituída em 24 de março de 2000, para explorar Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista. A CEB detém uma participação acionária de 9,00% do capital social da BSB Energética S.A.

•

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.3 Concessões das operações

A CEB e suas controladas e controladas em conjunto detêm junto à ANEEL e ANP, as seguintes concessões:

Investidas	Localização	Data do Ato	Data de Vencimento
Distribuição			
CEB D S/A	Brasília – DF	20.06.2005	07.07.2015
Geração			
CEB Participações S/A	Brasília – DF	26.01.2000	18.12.2032
CEB Geração S/A	Brasília – DF	14.09.2005	20.10.2019
Energética Corumbá III	Brasília – DF	07.11.2001	07.11.2036
CEB Lajeado S/A	Brasília – DF	31.12.1999	15.12.2032
Outros			
Companhia Brasiliense de Gás S/A - CEBGÁS	Brasília – DF	23.03.2001	09.01.2030

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de Preparação

As Informações Contábeis Intermediárias da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de junho de 2014 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e também de acordo com IFRS e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias e diferem das informações contábeis intermediárias separadas que, conforme o IFRS, devem ter o investimento em suas controladas avaliado ao valor justo ou ao custo.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, arquivadas em 25 de abril de 2014, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

A autorização para a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 08 de agosto de 2014.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Contábeis Intermediárias, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, acima mencionadas. No período findo em 30 de junho de 2014, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

2.3 Adoção de Novas Práticas a Partir de 1º de janeiro de 2014

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014 e não foram adotados antecipadamente. Na análise da Administração estes pronunciamentos não trarão impactos significativos para as demonstrações financeiras.

Alteração do IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos - Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13.

O IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

2.4 Legislação Tributária

Em 14 de maio de 2014 a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei 12.973/2014. Este novo normativo trata de forma geral, da distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio e definem que para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT – Regime Tributário de Transição, devem ser considerados os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, dentre outras disposições.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia amparada pelo diagnóstico realizado avaliou os possíveis impactos de sua aplicabilidade até o ano base de 2014 e não identificou efeitos relevantes sobre suas informações contábeis. A Companhia não optou pela aplicação dos efeitos da Lei 12.972/2014 para o ano-calendário de 2014, conforme prevê o artigo 75, desta forma os impactos dessa Lei deverão ocorrer somente a partir de 1º de janeiro de 2015.

3 RECLASSIFICAÇÕES NAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 30/06/2013

Alguns saldos das Informações Contábeis Intermediárias referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2013 e demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, estão sendo reclassificados para fins de comparação com as Informações Contábeis Intermediárias do período findo em 30 de junho de 2014. A Companhia decidiu ajustar os saldos comparativos de 30 de junho de 2013 e de 31 de dezembro de 2013 com o objetivo de manter a melhor comparação e apresentação dos saldos.

Itens	Demonstrações Contábeis	Saldos em 30/06/2013		Rubrica reclassificada	
		Controladora	Consolidado	De	Para
Contribuição de Iluminação Pública (a)	BP		65.721	Encargos Regulatórios	Contribuição de Iluminação Pública
Consumidores (a)	BP		10.108	Encargos Regulatórios	Demais Obrigações
Pessoal (c)	DRE, DVA	3.132	3.142	Natureza - Serviços de Terceiros	Natureza – Pessoal

a) Balanço Patrimonial

No Balanço patrimonial foram realizadas as seguintes reclassificações:

Contribuição de Iluminação Pública: Reclassificada de Encargos Regulatórios para uma linha específica para uma melhor apresentação. A Contribuição de Iluminação Pública é uma taxa cobrada dos consumidores e que é repassada ao Governo do Distrito Federal – GDF, sendo a CEB o agente responsável pelo faturamento e repasse dos valores arrecadados ao GDF.

Consumidores: Reclassificada de Encargos Regulatórios para Demais Obrigações por representar obrigações que o Grupo tem a devolver/restituir aos consumidores. A rubrica Consumidores representa um grupo de conta que inclui: valores arrecadados em duplicidade ou a maior, restituições e tributos).

b) Demonstração do Resultado

Os serviços classificados na natureza de Serviços de Terceiros ligados ao Custo dos Serviços Prestados vinham sendo classificados na função Despesas Gerais e Administrativas, após análises destes serviços, verificou-se que a classificação adequada para estes serviços é na função Custos dos Serviços Prestados – Custo da Operação. Esta reclassificação visa uma melhor apresentação tanto para fins societários como gerencial.

c) Demonstração do Valor Adicionado

A reclassificação entre as naturezas de pessoal e serviços de terceiro ocorreu para a uniformização dos procedimentos de classificação dos custos/despesas com pessoal que vinham sendo classificados pelas controladas em desacordo com o plano de contas do Setor Elétrico. Nestes custos/despesas com pessoal estão inclusos: empregados em comissão, pessoal cedido pela CEB D às controladas e pessoal requisitado de outros

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

órgãos. Na demonstração do resultado, houve alteração apenas nas naturezas sem afetar os valores já registrados nas funções.

4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

4.1 Fatores de risco

A Administração da CEB e de suas controladas têm total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada Empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de Crédito

A Controlada CEB D está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor, a concessionária tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas. Com 75% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a concessionária bem como o Grupo apresentam níveis baixos de risco de crédito. Seus maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 20% do consumo total. Com relação aos procedimentos de cobrança, a Administração efetua o acompanhamento sistemático e individual junto aos seus clientes, encaminhando ao Serasa as inadimplências persistentes. A CEB D possui, ainda, linha de parcelamento a eventuais devedores, objetivando manter liquidez de seus faturamentos.

Demais Controladas e Coligadas e Controladas em conjunto – São empresas que possuem como principal cliente a CEB D. O principal fator mitigador de risco é a forte regulamentação setorial, uma vez que os custos dessas contratações estão incorporados na Parcela “A” das tarifas da distribuidora, garantindo o efetivo repasse mensal dos fornecimentos realizados.

Além dos aspectos aventados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

minimização de riscos de crédito, corroborada pela forte regulação setorial emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante à concessionária riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de rating. Destaca-se, finalmente, que a distribuidora, utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

(b) Risco de liquidez

O Grupo, em especial a CEB D, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia, denominado COEX – Colegiado de Executivos, que recomenda ações à Administração.

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração tem buscado efetividade no gerenciamento orçamentário, com a contratação de recursos de baixo custo financeiro visando ao financiamento de seu CAPEX.

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as demonstrações contábeis dessa investida foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

O fluxo de pagamentos para os passivos financeiros de todo o Grupo é apresentado como segue:

	Valor	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5
Passivos financeiros não Derivativos (consolidado)						
Fornecedores	445.189	318.549	113.688	12.952		
Obrigações Tributárias	309.503	163.664		145.839		
Contribuição de Iluminação Pública	175.753	54.000	54.000	67.753		
Encargos Regulatórios	172.250	16.174	16.173	64.694	75.209	
Empréstimos e Financiamentos	240.615	83.191	64.892	39.396	43.637	9.499
Obrigações Societárias	30.948	30.948				
Obrigações Sociais e Trabalhistas	35.528	24.533	5.420	4.104	1.471	
Benefícios Pós Emprego	368.000	22.320	22.320	44.640	133.920	144.800
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	75.532	2.725	2.725	5.656	64.426	
Demais Obrigações	242.929	25.877		217.052		
Total	2.096.247	741.981	279.218	602.086	318.663	154.299

(c) Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esses ativos e passivos incluem relevantemente os créditos a receber na data-base do balanço e os empréstimos passivos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas 6 e 20, respectivamente.

Consequentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo. Demonstramos a seguir a análise de sensibilidade das variações das taxas:

(c1) Análise de Sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI, TJLP e IGPM. A Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2015, as taxas CDI, TJLP e IGP-M serão de 11,68%, 5,00% e 6,05%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

	Possível	Remoto
CDI	14,60%	17,52%
TJLP	6,25%	7,50%
IGP-M	7,56%	9,08%

Fica registrado que os empréstimos contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/06/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		11,68%	14,60%	17,52%
	125.944	140.654	144.332	148.009
Efeito da Variação do CDI		(14.710)	(18.388)	(22.065)
Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2013		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		11,05%	13,81%	16,58%
	130.256	144.649	148.248	151.846
Efeito da Variação do CDI		(14.393)	(17.992)	(21.590)

Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/06/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,00%	6,25%	7,50%
	82.216	86.327	87.355	88.382
Efeito da Variação da TJLP		(4.111)	(5.139)	(6.166)
Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2013		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,00%	6,25%	7,50%
	90.842	95.384	96.520	97.655
Efeito da Variação da TJLP		(4.542)	(5.678)	(6.813)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alta do IGPM	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/06/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		6,05%	7,56%	9,08%
Efeito da Variação do IGPM	32.455	34.419	34.909	35.400
		(1.964)	(2.454)	(2.945)
Alta do IGPM	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2013		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		4,96%	6,20%	7,44%
Efeito da Variação do IGPM	40.250	42.572	43.153	43.734
		(2.322)	(2.903)	(3.484)

Impactos no Resultado	30/06/2014	31/12/2013
Cenário Possível - Cenário Provável		
CDI	(3.678)	(3.598)
TJLP	(1.028)	(1.136)
IGPM	(491)	(581)
Cenário Remoto - Cenário Provável		
CDI	(7.355)	(7.197)
TJLP	(2.055)	(2.271)
IGPM	(982)	(1.161)

(d) Risco Cambial

Relativamente à aquisição de energia para revenda, a CEB D está exposta à oscilação cambial em cerca de 20% do custo total das aquisições, em função da energia oriunda da Itaipu Binacional ter cotação em dólares estadunidenses.

A exposição é minimizada pela Compensação Financeira de Variação dos Itens da Parcela “A”, mecanismo setorial que compensa variações financeiras ocorridas durante o exercício tarifário que, no caso da Distribuidora, situa-se entre os meses de agosto e julho. Nesse sentido, com a garantia de reposição de eventuais perdas financeiras relacionadas ao evento citado, por força das normas do Órgão Regulador, ANEEL, a concessionária não contrata mecanismos de proteção (hedge) para as variações cambiais. Observa-se que não há identificação de outros itens sujeitos à proteção cambial nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia e sua Controlada CEB D desenvolveram análise de sensibilidade, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM por meio da Instrução nº 475, de 17.12.2008, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, o que reproduzimos de forma a clarear o cenário cambial.

Em 30 de junho de 2014, a Administração estimou em um cenário provável que o valor de um dólar americano em 30 de junho de 2015 será de R\$ 2,4500 (cenário de um ano). A metodologia utilizada para o cenário provável foi considerar a melhor estimativa para as taxas de câmbio em 30 de junho de 2015 com base em fontes externas de taxa de câmbio futuro (Boletim Focus). Por se tratar de uma análise de sensibilidade o impacto no resultado para os próximos 12 meses, foi considerado o saldo da dívida em 30 de junho de 2014.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ressaltar-se que o comportamento do saldo da dívida respeitará seus respectivos contratos. Assim, foi confeccionada análise dos efeitos na compra de energia de Itaipu, advindos de eventual elevação no câmbio em relação a 30 de junho de 2014.

Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/06/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	2,2019	2,4500	3,0625	3,6750
	35.863	39.904	49.880	59.856
Efeito da Variação do Dólar		(4.041)	(14.017)	(23.993)
Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2013		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	2,3400	2,4100	3,0125	3,6150
	22.677	39.252	49.065	58.879
Efeito da Variação do Dólar		(3.389)	(13.202)	(23.016)
Impactos no Resultado			30/06/2014	31/12/2012
Cenário Possível - Cenário Provável				
Dólar			(9.976)	(9.813)
Cenário Remoto - Cenário Provável				
Dólar			(19.952)	(19.626)

Faz-se imprescindível salientar que a Companhia, suas controladas e coligadas não apresentam riscos nas taxas de juros por contratações de empréstimos e/ou financiamentos em moedas estrangeiras.

(e) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para todo o Grupo para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e de suas controladas e coligadas, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas precisam aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	30/06/2014	31/12/2013
Total dos empréstimos (Nota 19)	240.615	261.348
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(77.801)	(96.786)
Dívida líquida	162.814	164.562
Total do patrimônio líquido	129.733	308.344
Total do capital	292.547	472.906
Índice de alavancagem financeira - %	55,65	34,80

4.3 Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros do Grupo estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos de Crédito a Receber, Contas a Receber, Ativo Financeiro da Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações Societárias, Benefícios Pós-Emprego e Encargos Regulatórios, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

(i) Classificação

(a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e a estratégia de investimentos do Grupo. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria foram consideradas as Aplicações Financeiras (Notas 5 e 9).

(b) Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem principalmente Caixa e Bancos (Nota 5), Contas a receber (Nota 6) e Títulos de crédito a receber (Nota 8).

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são compostos pelo ativo financeiro indenizável da concessão. (Nota 11).

(e) Passivos financeiros

O Grupo reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos e Financiamentos (Nota 19), Fornecedores (Nota 15), Encargos Regulatórios (Nota 18) e Obrigações Societárias.

(ii) Reconhecimento e mensuração

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia ou suas controladas e coligadas transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou suas controladas e coligadas tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Estimativa do valor justo

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*“non-performance risk”*), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, nossos ativos financeiros registrados a valor justo em 30 de junho de 2014 e 31 dezembro 2013.

A seguir, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	30/06/2014			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	8.166	8.166	63.341	63.341
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	65	65	14.460	14.460
Contas a Receber	Custo Amortizado		19.650	19.650	387.544	387.544
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.153	1.153
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			753.887	753.887
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		5.351	5.351	445.189	445.189
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				240.615	240.615
Obrigações Societárias	Custo Amortizado				30.948	30.948
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				172.250	172.250

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2013			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	8.833	8.833	74.632	74.632
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	62	62	22.154	22.154
Contas a Receber	Custo Amortizado		3.722	3.722	362.938	362.938
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.160	1.160
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			729.119	729.119
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		6.902	6.902	344.101	344.101
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				261.348	261.348
Obrigações Societárias	Custo Amortizado				32.233	32.233
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				168.209	168.209

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Caixa e Bancos conta Movimento	65	62	14.460	22.154
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	8.166	8.833	63.341	74.632
Total	8.231	8.895	77.801	96.786

As aplicações financeiras classificadas no ativo circulante correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais. Todas as operações são de alta liquidez, com recompra diária garantida pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e a remuneração de 98,00% do Certificado de Depósito Bancário – CDI.

6 CONTAS A RECEBER

(a) Composição do contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			370.660	350.771
Títulos de Créditos a Receber			20.704	28.294
Serviços Prestados a Terceiros	38.544	22.616	44.107	28.706
Total a Receber Bruto	38.544	22.616	435.471	407.771
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(18.894)	(18.894)	(47.927)	(44.834)
Total a Receber Líquido	19.650	3.722	387.544	362.937
Circulante	19.650	3.722	338.161	308.840
Não Circulante			49.383	54.097

(b) Valores a receber por idade de vencimento

	Saldo Vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 30/06/2014	Total 31.12.2013
Classes de Consumidor					
Residencial	33.211	32.559	14.070	79.840	76.795
Poder Público	11.889	11.984	40.077	63.950	50.999
Comércio, Serviços e Outros	24.316	17.162	16.591	58.069	77.902
Iluminação Pública	5.863	17.651	24.895	48.409	38.054
Serviço Público	5.851	468	732	7.051	8.591
Industrial	2.806	2.142	1.610	6.558	5.595
Rural	1.750	1.052	1.221	4.023	3.973
Subtotal Consumidores	85.686	83.018	99.196	267.900	261.909
Fornecimento Não Faturado				71.403	87.166
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE				49.702	17.710
Serviços Prestados por Terceiros		18.053	20.491	38.544	22.616
Acordo CAESB (Nota 4e)				7.174	10.134

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 30/06/2014	Total 31.12.2013
Concessionárias e Permissionárias	3.715		449	4.164	5.426
Parcelamentos a Faturar CP e LP				2.569	4.984
Serviço Taxado	249	235	365	849	1.113
Outros				1.889	1.360
Arrecadação a Classificar				(8.724)	(4.647)
TOTAL	89.650	101.306	120.501	435.470	407.771
Prov. Crédito Liquidação Duvidosa				(47.926)	(44.834)
Contas a receber líquido	89.650	101.306	120.501	387.544	362.937

(c) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. Engloba os recebíveis faturados e as estimativas dos valores não faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

Segue um resumo das faixas de atraso sujeitas à provisão:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Poder Público - Vencidos há mais de 360 dias	20.062	20.013	49.076	41.580
Iluminação Pública - Vencidos há mais de 360 dias			24.439	25.818
Comercial - Vencidos há mais de 180 dias			11.020	9.841
Residencial - Vencidos há mais de 90 dias			8.947	12.647
Industrial - Vencidos há mais de 360 dias			795	769
Serviço Público - Vencidos há mais de 360 dias			718	1.229
Rural - Vencidos há mais de 360 dias			465	504
Concessionários - Vencidos há mais de 360 dias			81	77
Governo Distrito Federal - Acionista controlador não provisionado	(1.168)	(1.119)	(47.615)	(47.631)
Total	18.894	18.894	47.926	44.834

Em dezembro de 2012, a CEB registrou provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre fatura de serviço (Obra de iluminação pública) prestado. O motivo do provisionamento foi que a Secretaria de Estado de Obras do Governo do Distrito Federal não reconheceu a obrigação de liquidar a fatura em função de não haver empenho e ordem de serviço autorizando a execução da obra. A CEB vem discutindo o assunto junto a Secretaria de Estado de Obras do Governo do Distrito Federal e envidando esforço no sentido de a dívida seja reconhecida e liquidada pelo Órgão do GDF.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está assim apresentada:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	18.894	61.767
Adições		17.543
Baixa para perda - Lei 9.430/96		(32.923)
Reversões		(1.553)
Saldo em dezembro de 2013	18.894	44.834
Adições		12.922
Baixa para perda - Lei 9.430/96		(9.830)
Saldo em 30 de junho de 2014	18.894	47.926

No exercício de 2012, iniciou-se o estudo de recuperação de débitos relativos à dedutibilidade fiscal das perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades da pessoa jurídica, segundo os critérios disciplinados pela Lei 9.430/96.

No semestre findo em 30 de junho de 2014, a CEB D reconheceu como perdas o montante de R\$ 9.830 (R\$ 25.374 no semestre findo em 30 de junho de 2013).

(d) Créditos com o Governo do Distrito Federal (consolidado)

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal e não provisionados conforme quadro acima são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal cujo valor total monta em R\$ 114.219 em 30 de junho de 2014 (R\$ 110.484 em 31 de dezembro de 2013) compostos por fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção e obras de iluminação pública, multa, juros e atualização monetária incidentes sobre faturas pagas em atraso no período de 2001 a 2005.

A Administração, com base no atual estágio de cobrança e negociação dos referidos valores, principalmente com o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. Em 01 de agosto de 2014, a Administração recebeu ofício conjunto do Governo do Distrito Federal (GDF), solicitando a instrução de Processo Administrativo demonstrando os valores a receber junto ao Governo, para que possam efetuar a análise do pleito de reconhecimento dos débitos, e posterior negociação. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão em andamento, e os mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados. Os débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB descritos no item (e) Acordo realizado com o Governo do Distrito Federal foram retirados do quadro abaixo.

Apresentamos a composição dos créditos com o acionista controlador por idade de vencimento, não provisionados:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Saldos Vincendos		264	16.460	18.005
Vencidos até 90 dias	18.053	1.838	45.094	23.435
Vencidos de 91 a 360 dias	429	501	5.050	21.413
Vencidos há mais de 360 dias	1.168	1.119	47.615	47.631
Total	19.650	3.722	114.219	110.484

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Créditos a receber do GDF vencidos há mais de 360 dias, sem provisão:	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Secretarias de Governo do Distrito Federal	220	219	16.114	15.976
Administrações Regionais	783	696	27.968	27.921
Empresas do GDF	96	134	2.175	2.358
Outras	70	70	1.358	1.376
Total	1.169	1.119	47.615	47.631

(e) Acordo realizado com a Companhia de Água e Esgoto de Brasília - CAESB

Em agosto de 2011, a CEB D celebrou um acordo de parcelamento para liquidação dos créditos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB, relativos a encargos por atraso no pagamento de faturas de energia elétrica. O valor dos créditos reconhecido no referido Acordo de Parcelamento corresponde à quantia de R\$ 28.237, dividido em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais fixas, atualizadas pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Apresentamos a seguir, o montante em 30 de junho de 2014:

Valor original do débito	14.800
Encargos Financeiros	7.539
Valor dívida reconhecida	22.339
Encargos a transcorrer	5.898
Valor do parcelamento na data do Acordo	28.237
Amortização	(20.553)
Ajuste a Valor Presente	(510)
Valor do parcelamento em 30 de junho de 2014	7.174
Circulante	6.052
Não Circulante	1.122

O acordo celebrado com a CAESB não contemplou nenhum tipo de desconto sobre o valor original do contas a receber.

7 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	3.415	3.415	18.518	15.457
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	668	668	7.308	5.248
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.197	3.197	3.745	3.377
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS			21.609	23.264
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS			3	840
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS		80	2.552	2.113
Programa de Integração Social - PIS	387	387	387	569
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF	544	544	544	544
Outros			96	94
Total	8.211	8.291	54.762	51.506
Circulante	8.211	8.291	34.431	29.307
Não circulante			20.331	22.199

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período com as retenções-fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser Lucro Real Anual. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da Controlada CEB D são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

(d) Ativos Fiscais Diferidos não Reconhecidos

A Companhia e sua Controlada CEB D não registram os efeitos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social (crédito tributário), decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido até que os planos de recuperação econômico-financeira da Companhia resultem na apuração de lucro tributável sustentável. Segue abaixo o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos em 30 de junho de 2014:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Diferenças Temporárias				<u>Reapresentado</u>
Contingências Regulatórias			17.592	3.221
Contingências Cíveis			2.213	2.104
Contingências Trabalhistas	11	22	2.631	2.302
Contingências Fiscais	2.778	2.772		2.772
Provisão para Participação nos Lucros e Resultados				623
Devedores Duvidosos	6.400	6.400	16.643	15.591
Perda Atuarial dos Planos de Benefícios Pós-Emprego			15.204	13.425
Outras Provisões			4.308	3.438
Subtotal	9.189	9.194	58.591	43.476
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	34.718	34.723	27.496	62.219
Total	43.907	43.917	86.087	105.695

8 DEMAIS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Serviços em Curso (a)	8.866	4.662	31.751	22.117
Aportes da CDE – Decreto 7.945/2013 (d)			14.589	621
Dividendo/JSCP s a Receber	28.052	11.539	14.344	10.256
Desativações em Curso (b)			7.760	6.754
Crédito com Empregados	72	13	5.466	1.435
Despesas Pagas Antecipadamente			4.375	3.537
Previdência Privada dos Empregados			3.980	4.888
Recursos da Conta Centralizadora - ACR - Dec. 8221/14			3.805	
Títulos de Crédito a Receber (c)			1.153	1.160

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Coligadas e Controladas	182	128		
Outros Créditos	817	817	2.688	2.025
Total	37.989	17.159	89.911	52.793
Circulante	37.807	17.031	88.091	50.959
Não Circulante	182	128	1.820	1.834

- a) Os serviços em curso são referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética os quais, após término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.
- b) Refere-se ao valor das desativações dos bens anteriormente em serviço registrado na CEB-D, cujo valor dos itens, quando desativados, é classificado pelo seu valor residual nesta rubrica. Tais bens são classificados nesta conta até que sua destinação seja definida, conforme os critérios de desativação estabelecidos pelo órgão regulador.
- c) Títulos de Crédito a Receber: refere-se a ações preferências cumulativas e resgatáveis das classes “A” e “B”, emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro na controlada CEB Lajeado S.A.
- d) Refere-se ao ressarcimento a receber de competência de junho de 2013 a ser efetuado pela Centrais Elétricas do Brasil – ELETROBRAS à controlada CEB D, relacionado ao risco hidrológico, exposição involuntária e Encargos do Sistema por razão de segurança energética.

9 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Aplicações Financeiras	295	295
Circulante	295	295

Em 17 de outubro 2012, os acionistas da coligada Corumbá Concessões S.A se reuniram em Assembleia Geral Extraordinária e decidiram exercer a opção de resgate da totalidade das ações preferenciais classe B de propriedade do Fundo de Investimento em Participações BRB-Corumbá. Em virtude dessa opção, a CEB Participações S.A. resgatou em janeiro de 2013 94% das posições dos valores aplicados no fundo e os 6% restantes permaneceram para manutenção de contingências oferecidas em desfavor do Fundo. Em dezembro de 2013, a CEB Participação S.A realizou depósito judicial no montante de R\$ 304 para atender a ação de litígio vinculada ao Fundo.

10 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais *on-line* efetuadas pelas instituições financeiras nas contas-correntes da Companhia Energética de Brasília – CEB e da Controlada CEB D S.A, em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil e cauções referentes a leilões de energia. Também estão registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Bloqueios Judiciais	3.925	3.803	3.925	5.092
Cauções	728	673	8.602	6.777
Depósitos Recursais			6.167	4.922
(-) Provisão para Perdas de Depósitos Recursais			(6.167)	(4.163)
Total	4.653	4.476	12.527	12.628
Não Circulante	4.653	4.476	12.527	12.628

11 ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Os ativos da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível da concessão) são remunerados por meio do WACC regulatório, que consiste nos juros remuneratórios incluídos na tarifa cobrada dos clientes da Companhia e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

De acordo, ainda, com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a Companhia verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no Patrimônio Líquido. Em 30 de junho de 2014, não há saldo registrado em outros resultados abrangentes uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não havia diferença entre essas taxas.

A movimentação do saldo referente ao ativo financeiro indenizável (concessão) no semestre findo em 30 de junho de 2014 está assim apresentada:

Saldos em 31 de dezembro de 2013	729.119
Adições	29.167
Baixas	(4.399)
Saldos em 30 de junho de 2014	753.887

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas. Não houve indícios de perda ao valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras.

12 INVESTIMENTOS

(a) Composição dos Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Avaliados por Equivalência Patrimonial	372.593	587.193	375.179	403.434
Propriedade para Investimento (c)			276.115	276.115
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	3.232	3.232	3.232	3.232
Outros	1.759	1.756	1.759	1.756
Total	377.584	592.181	656.285	684.537

(b) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	Valor Contábil	
						30/06/2014	31/12/2013
CEB Distribuição S.A	580.532	55.324	100,00	100,00	350.532.450	55.324	220.937
CEB Lajeado S.A	145.656	339.469	59,93	59,93	82.013.911	111.483	127.132
Corumbá Concessões S.A	218.966	193.625	45,20	9,30	256.009.911	87.542	118.619
Energética Corumbá III S.A	119.373	153.565	37,50	25,00	45.594.783	57.587	55.353
CEB Participações S.A	41.271	44.338	100,00	100,00	41.270.415	44.338	50.885
CEB Geração S.A	7.575	16.042	100,00	100,00	7.575.212	16.042	13.943
Companhia Brasiliense de Gás	4.921	1.629	17,00	51,00	30.600	277	324
Total						372.593	587.193

Investidas	Consolidado						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB e Controladas	Valor Contábil	
						30/06/2014	31/12/2013
Corumbá Concessões S.A	218.966	193.625	47,55	9,30	269.294.911	92.084	124.838
Investco S.A	804.459	1.127.543	20,00	20,00	133.563.595	225.508	223.243
Energética Corumbá III S.A	119.373	153.565	37,50	25,00	45.594.783	57.587	55.353
Total						375.179	403.434

• Informações financeiras resumidas

Investidas	30/06/2014			31/12/2013		30/06/2013
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
CEB Distribuição S.A	1.784.048	1.728.725	830.016	1.748.264	1.527.327	800.732
Corumbá Concessões S.A	751.366	557.712	69.334	724.276	461.911	66.697
CEB Lajeado S.A	388.159	48.690	57.890	396.158	36.190	52.879

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Investidas	30/06/2014			31/12/2013		30/06/2013
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
Energética Corumbá III S.A	238.004	84.439	17.338	237.948	90.340	16.161
CEB Participações S.A	54.154	8.009	6.687	53.275	2.390	6.341
CEB Geração S.A	21.571	5.530	10.662	16.320	2.379	7.287
Companhia Brasileira de Gás	1.876	247	1.820	2.222	317	2.234

• Resultado dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora			
	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
	30/06/2014	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2013
CEB Distribuição S.A	(142.090)	(142.090)	(82.438)	(82.438)
CEB Lajeado S.A	16.802	9.396	14.345	8.022
Energética Corumbá III S.A	5.735	2.151	4.789	1.796
CEB Geração S.A	5.889	5.888	2.841	2.841
Corumbá Concessões S.A	(68.740)	(31.077)	4.355	1.969
CEB Participações S.A	(358)	358	1.669	1.669
Companhia Brasileira de Gás	(276)	(47)	(298)	(51)
Total	(183.038)	(155.421)	(54.737)	(66.192)

• Movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora							Total
	CEB Distribuição S.A	CEB Lajeado S.A	Corumbá Concessões S.A	Energética Corumbá III S.A	CEB Participações S.A	CEB Geração S.A	Companhia Brasiliense de Gás	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	359.082	121.589	101.444	51.342	48.356	13.212	339	695.364
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio		(15.676)	(1.803)	(1.203)	(3.705)	(7.246)		(29.633)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(145.269)	21.185	18.978	4.622	6.234	7.977	(92)	(86.365)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Controladas e Coligadas	7.124	34						7.158
Aumento de Capital				576			77	653
Ganho na Variação de Percentual				16				16
Saldo em 31 de dezembro de 2013	220.937	127.132	118.619	55.353	50.885	13.943	324	587.193
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio		(25.045)			(6.905)	(3.789)		(35.739)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(142.090)	9.396	(31.077)	2.151	358	5.888	(47)	(155.421)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Controladas e Coligadas	(23.523)							(23.523)
Ganho na Variação de Percentual				83				83
Saldo em 30 de junho de 2014	55.324	111.483	87.542	57.587	44.338	16.042	277	372.593

Investidas	Consolidado			
	Investco S.A	Corumbá Concessões S.A	Energética Corumbá III S.A	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	221.908	106.707	51.342	379.957
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	(14.705)	(1.832)	(1.203)	(17.740)
Resultado de Equivalência Patrimonial	16.040	19.963	4.622	40.625

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Investidas	Consolidado			
	Investco S.A	Corumbá Concessões S.A	Energética Corumbá III S.A	Total
Aumento de Capital			576	576
Ganho na Variação de Percentual			16	16
Saldo em 31 de dezembro de 2013	223.243	124.838	55.353	403.434
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	(5.222)	(63)		(5.285)
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.487	(32.691)	2.151	(23.053)
Ganho na Variação de Percentual			83	83
Saldo em 30 de junho de 2014	225.508	92.084	57.587	375.179

(c) Propriedade para Investimento

Nas datas de 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013, a Controlada CEB D transferiu os bens que estavam registrados na rubrica de “Ativos Mantidos para Venda” para a rubrica de “Propriedade para Investimento”. Em 31 de dezembro de 2012, foi transferido o imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR I55/1/DF e em 31 de dezembro de 2013 os demais bens. A transferência foi realizada para atender ao Pronunciamento Técnico CPC 31, item 8 que, determina que em caso de não realização da venda do ativo no prazo de 1 ano, o ativo deve ser reclassificado para o Imobilizado ou para o Investimento, dependendo da intenção do destino a ser dado ao ativo pela administração.

Os bens registrados em “Propriedade para Investimento” são avaliados pelo custo.

O valor justo dos bem foram obtidos através de laudos emitidos por firmas especializadas e a Companhia entende que estes valores avaliados estão de acordo com as expectativas de mercado.

Imóveis	Localidade	Tamanho	Consolidado			
			Valor Contábil		Valor Justo	Data da Avaliação
			30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	
Terreno	Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF (a)	284.160 m²	274.400	274.400	373.349	fev/14
Terreno	Setor Residencial de Indústria e Abastecimento (SRIA) QE 20 Lote M - Guará	1.200 m²	20	20	2.104	fev/14
Terreno	Setor de Habitações Individuais Sul (SHIS) Trecho 04 Quadra 10 - Lago Sul	1.600 m²	126	126	2.437	fev/14
Prédio	Edificações da QI 10 Lote 25 a 38 - Setor Industrial, Taguatinga	1.040 m²	673	673		
Terreno	QI 10 Lote 38 Setor Industrial - Taguatinga	10.500 m²	896	896	20.875	mai/13
Total			276.115	276.115	398.765	

(d) Participação de acionistas não controladores

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 229.341, dos quais R\$ 227.988 são atribuíveis aos acionistas não controladores da CEB Lajeado S.A e R\$ 1.353 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Companhia Brasiliense de Gás - CEBGAS.

A seguir estão apresentadas suas informações contábeis das controladas:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) CEB Lajeado S.A

Balanço Patrimonial	30/06/2014	31/12/2013
Circulante	44.526	54.303
Caixa e equivalentes de caixa	15.568	32.233
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	10.340	11.720
Juros sobre Capital Próprio a Receber	12.442	7.220
Demais Créditos	6.176	3.130
Não Circulante	343.633	341.855
Títulos a Receber - Investco S.A	1.153	1.160
Cauções em Garantia CCEE	7.570	5.246
Demais Créditos	330	330
Investimentos	225.508	223.243
Imobilizado	165	25
Intangível	108.907	111.851
Total de Ativo	388.159	396.158
Circulante	48.690	36.190
Fornecedores	5.203	1.285
Tributos e Contribuições Sociais	7.295	10.770
Obrigações Societárias	27.806	15.463
Demais Obrigações	8.386	8.672
Patrimônio Líquido	339.469	359.968
Total Passivo	388.159	396.158

Demonstração de Resultado	30/06/2014	30/06/2013
Receita Operacional Líquida	57.890	52.879
Custo com Energia	(16.811)	(14.595)
Custos de Operação	(23.238)	(22.026)
Despesas Operacionais	(5.108)	(4.556)
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.487	7.135
Receitas Financeiras, Líquidas	2.889	725
Imposto de Renda/Contribuição Social	(6.306)	(5.217)
Lucro Líquido do Período	16.803	14.345

(ii) Companhia Brasiliense de Gás - CEBGAS

Balanço Patrimonial	30/06/2014	31/12/2013
Circulante	762	957
Caixa e equivalentes de caixa	507	696
Contas a Receber	156	168
Demais Créditos	99	93
Não Circulante	1.114	1.265
Demais Créditos		15
Imobilizado	9	10
Intangível	1.105	1.240
Total de Ativo	1.876	2.222
Circulante	247	317
Fornecedores	154	235

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial	30/06/2014	31/12/2013
Tributos e Contribuições Sociais	45	45
Folha de Pagamento	42	33
Demais Obrigações	6	4
Patrimônio Líquido	1.629	1.905
Total Passivo	1.876	2.222

Demonstração de Resultado	30/06/2014	30/06/2013
Receita Operacional Líquida	1.820	2.234
Custo dos Serviços Prestados	(1.672)	(2.049)
Despesas Operacionais	(454)	(495)
Receitas Financeiras, Líquida	30	12
Prejuízo do Período	(276)	(298)

(e) Informações adicionais sobre empresa controlada em conjunto

A Companhia controla de forma conjunta com outros acionistas a empresa Energética Corumbá III S.A. e os montantes dos principais grupos de Ativo, Passivo e Resultado são como segue:

Balanco Patrimonial	30/06/2014	31/12/2013
Circulante	16.213	15.908
Caixa e equivalentes de caixa	11.637	12.120
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	3.979	3.160
Demais Créditos	597	628
Não Circulante	221.791	222.040
Fundos Vinculados	5.071	4.889
Demais Créditos	593	133
Imobilizado	211.837	212.594
Intangível	4.290	4.424
Total de Ativo	238.004	237.948
Circulante	19.899	22.065
Fornecedores	916	160
Tributos e Contribuições Sociais	475	461
Empréstimos e Financiamentos	7.267	7.298
Dívidas com pessoas ligadas	10.261	10.256
Demais Obrigações	980	3.890
Não Circulante	64.540	68.275
Empréstimos e Financiamentos	58.651	62.206
Bens de Uso Público	5.889	6.069
Patrimônio Líquido	153.565	147.608
Total Passivo	238.004	237.948

Demonstração de Resultado	30/06/2014	30/06/2013
Receita Operacional Líquida	17.338	16.161
Custo com Energia	(3.194)	(2.613)
Custos de Operação	(4.630)	(4.650)
Despesas Operacionais	(1.137)	(871)
Despesas Financeiras, Líquidas	(1.993)	(2.678)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração de Resultado	30/06/2014	30/06/2013
Imposto de Renda/Contribuição Social	(649)	(559)
Lucro Líquido do Período	5.735	4.790

(f) Operações controladas em conjunto

A Companhia possui operações em conjunto com outros acionistas no Consórcio UHE Queimado e os montantes dos principais grupos de Ativo e Passivo são como segue:

Balanço Patrimonial	30/06/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	516	442
Outros Créditos	436	2.240
Imobilizado/Intangível	118.610	120.554
Total de Ativo	119.562	123.236
Fornecedores	743	3.888
Tributos e Contribuições Sociais	100	111
Outras Obrigações	6.443	5.364
Patrimônio Líquido	112.276	113.873
Total Passivo	119.562	123.236

(g) Resultado de Equivalência Patrimonial – Consolidado

O valor apresentado nas demonstrações do resultado consolidado refere-se ao registro da equivalência patrimonial calculada sobre a variação do patrimônio líquido das coligadas. Este valor não é eliminado nas informações consolidadas do grupo.

13 IMOBILIZADO

(a) Movimentação

Eventos	Controladora						
	Imobilizado em Serviço					Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios		
Custo do Imobilizado							
Saldo em 31 de dezembro de 2012	13.130	1.098	874	97	148	2	15.349
Adições						828	828
Saldo em 31 de dezembro de 2013	13.130	1.098	874	97	148	830	16.177
Adições			18			538	556
Transferências		1.365	32			(1.368)	29
Saldo em 30 de junho de 2014	13.130	2.463	924	97	148		16.762
Depreciação Acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2012		(129)	(223)	(97)	(31)		(480)
Depreciação		(44)	(92)		(48)		(184)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		(173)	(315)	(97)	(79)		(664)
Depreciação		(27)	(46)		(6)		(79)
Saldo em 30 de junho de 2014		(200)	(361)	(97)	(85)		(743)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Eventos	Controladora						Imobilizado em Curso	Total
	Imobilizado em Serviço							
	Terrenos	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios			
Imobilizado Líquido – 30/06/2014	13.130	2.263	563		63		16.019	
Imobilizado Líquido – 31/12/2013	13.130	925	559		69	830	15.513	
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%			

	Imobilizado em Serviço							Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros		
Custo do Imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro 2012	14.097	13.418	17.023	42.982	12.622	6.985	143	59.554	166.824
Adições				2.609	3.343	1.100		141.537	148.589
Baixas				(4)					(4)
Transferências		410	(424)	(30)		(13)	20	(124.048)	(124.085)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	14.097	13.828	16.599	45.557	15.965	8.072	163	77.043	191.324
Adições				216	1.392	302		20.761	22.671
Transferências			1.365	32				(28.998)	(27.601)
Saldo em 30 de junho de 2014	14.097	13.828	17.964	45.805	17.357	8.374	163	68.806	186.394
Depreciação Acumulada									
Saldo em 31 de dezembro 2012		(3.082)	(8.396)	(26.300)	(7.903)	(2.533)	(118)		(48.332)
Depreciação/Amortização		(295)	(488)	(1.735)	(1.356)	(547)	(4)		(4.425)
Transferências		(127)	164	(95)		6	(8)		(60)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		(3.504)	(8.720)	(28.130)	(9.259)	(3.074)	(130)		(52.817)
Depreciação		(149)	(241)	(879)	(870)	(276)			(2.415)
Saldo em 30 de junho de 2014		(3.653)	(8.961)	(29.009)	(10.129)	(3.350)	(130)		(55.232)
Imobilizado Líquido - 30/06/2014	14.097	10.175	9.003	16.796	7.228	5.024	33	68.806	131.162
Imobilizado Líquido - 31/12/2013	14.097	10.324	7.879	17.427	6.706	4.998	33	77.043	138.507
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 7,7%	2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%			

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras.

14 INTANGÍVEL

Consolidado						
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis			Total
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração da Concessão	
Custo do Intangível						
Saldo em 31 de dezembro de 2012	238.898	90.230	50.435	2.854	158.946	541.363
Adições	9.390	195.701	2.917	3.820		211.828
Baixas	(2.273)	(103.615)		(3.076)		(108.964)
Obrigações Especiais	(935)	(86.998)				(87.933)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	245.080	95.318	53.352	3.598	158.946	556.294
Adições	2.117	73.263		7.654		83.034
Baixas	(28)	(31.285)				(31.313)
Obrigações Especiais	(200)	(32.401)				(32.601)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado						
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis			Total
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração da Concessão	
Saldo em 30 de junho de 2014	246.969	104.895	53.352	11.252	158.946	575.414
Amortização Acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(158.055)		(41.283)		(41.209)	(240.547)
Amortizações	(35.513)		(3.240)		(5.886)	(44.639)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(193.568)		(44.523)		(47.095)	(285.186)
Amortizações	(20.046)		(1.739)		(2.944)	(24.729)
Saldo em 30 de junho de 2014	(213.614)		(46.262)		(50.039)	(309.915)
Intangível Líquido - 30/06/2014	33.355	104.895	7.090	11.252	108.907	265.499
Intangível Líquido - 31/12/2013	51.512	95.318	8.829	3.598	111.851	271.108

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável (concessão).

Direito de Exploração de Concessão de Geração - A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A. detentora do direito de exploração de concessão da Usina que integra a operação de geração da Investco S.A.. Esse direito, se trata de uma operação de reestruturação societária da Lajeado que foi decorrente do Contrato de Venda e Compra de Ações entre a Investco e seus acionistas. Este Instrumento estabelece para a CEB Lajeado o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe "R", nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco, totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investco com a Eletrobrás. Esse valor vem sendo amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Suprimento de Energia Elétrica			342.807	240.877
Materiais e Serviços (*)	5.351	6.902	94.072	100.547
Encargos de Uso de Rede Elétrica			8.165	7.003
Fornecedores de Gás			145	226
Total	5.351	6.902	445.189	348.653
Circulante	5.351	6.902	432.237	344.101
Não Circulante			12.952	4.552

(*) O saldo consolidado em 30 de junho de 2014 contempla parcela de R\$ 38,4 milhões, pertencente à controlada CEB D, cujo valor encontra-se em processo de conciliação com os respectivos documentos comprobatórios. Não é possível estimar quanto aos possíveis efeitos que possam advir quando da conclusão do referido processo de conciliação.

Eventos não recorrente que impactaram a rubrica de Suprimento de Energia Elétrica:

a) Diferença de tarifa de Energia de Angra I e Angra II – ELETRONUCLEAR

Diferença de tarifa proveniente de alteração na regulamentação por parte da ANEEL, estabelecendo nova metodologia para cálculo da tarifa entre Furnas e Eletronuclear. A Lei 12.111 de 09 de dezembro de 2009, definiu que o diferencial entre essas tarifas seria rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, de 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005. O valor do diferencial a que se refere o artigo 12º da Lei nº 12.111 de 09 de dezembro de 2009, apresentado por último pela Resolução nº 1.585 de 13 de agosto de 2013 que compete a esta Companhia é de R\$ 11.552. Deste montante, R\$ 3.572 já foi pago em 2013, ficando o restante dividido para pagamento em 2014 e 2015.

b) Diferença de tarifa de Energia Adquirida de Corumbá Concessões

No período da construção da Usina de Corumbá Concessões ocorreram atrasos na entrada em operação comercial definida originalmente no contrato. Para cumprir o contrato, Corumbá buscou energia no mercado de Curto Prazo. O preço da energia adquirida no curto prazo estava inferior ao preço contratual. Diante disso, à época, a ANEEL foi consultada e manifestou-se que a Resolução Normativa - RN nº 165 de 19 de setembro de 2005 se aplicava ao caso em questão. Referiu-se, inclusive ao Art. 3º que previa o seguinte: “Qualquer que seja o custo incorrido pelo agente vendedor na celebração dos contratos de compra e venda de energia, só será considerado, para fins de repasse aos contratos de venda originais e consequentemente às tarifas dos consumidores finais, o menor valor entre, o valor da energia do contrato de compra;; o Preço de Liquidação de Diferenças - PLD, acrescido de 10% (dez por cento); ou o preço da energia no contrato de venda original,

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 17 de setembro de 2013, a ANEEL, por meio do Despacho nº 3.168, contrariando o posicionamento constante do Ofício nº 326, resolve declarar que não são aplicáveis os termos da RN 165 ao Contrato de Compra e Venda de Energia celebrado entre Corumbá Concessões e esta Companhia, e que portanto, o valor a ser aplicado no custo da compra da energia é o valor original do contrato. Aplicando o preço original e as regras de correção previstas no instrumento contratual, resulta para a CEB Distribuição uma obrigação no montante de R\$ 42.705.

c) Passivo decorrente de energia de curto prazo

A CEB D constituiu provisão no montante de R\$ 117.386 devido à ausência de leituras dos consumos em linhas de interligação com Furnas e nas conexões de fronteira. Do total provisionado, R\$ 88.000 refere-se a duas linhas de interligação com Furnas e a ausência de mediação deste consumo ocorreu no período de abril/2013 a outubro/13, o valor foi provisionado em 2013. O montante de R\$ 20.308 foi provisionado no primeiro trimestre de 2014 e é relativo à ausência de consumos nas conexões de fronteira das Linhas de Samambaia Oeste de Ceilândia Norte. Em abril de 2014 foi contabilizado o montante de R\$ 9.078 referente as Linhas de Samambaia Oeste. Estes valores deverão ser repostos pela CEB D em reprocessamentos das contabilizações do mercado de curto prazo ao longo do ano de 2014.

16 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

(a) Resumo das Obrigações Tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/01/2013	30/06/2014	31/01/2013
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (b)	97.309	97.305	153.244	153.837
Outros Tributos (c)	1.087	896	156.259	110.076
Total	98.396	98.201	309.503	263.913
Circulante	999	821	163.664	118.091
Não Circulante	97.397	97.380	145.839	145.822

(b) Imposto do Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/01/2013	30/06/2014	31/01/2013
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.532	71.522	112.600	113.102
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.777	25.783	40.644	40.735
Total	97.309	97.305	153.244	153.837
Circulante	40	36	7.545	8.138
Não Circulante	97.269	97.269	145.699	145.699

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A., CEB Lajeado S.A é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação pelo lucro presumido.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(155.071)	(69.269)	(155.071)	(69.269)	(140.416)	(56.513)	(140.416)	(56.513)
Equivalência Patrimonial - Coligadas					23.054	(11.002)	23.054	(11.002)
Resultado das Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido					(7.143)	(5.623)	(7.143)	(5.623)
Total do Resultado Tributado	(155.071)	(69.269)	(155.071)	(69.269)	(124.505)	(73.138)	(124.505)	(73.138)
Ajuste RTT					258.100	274.695	258.100	274.695
Equivalência Patrimonial	155.421	66.192	155.421	66.192				
Exclusões Permanentes, Líquidas	133	(516)	133	(516)	(254.992)	(241.718)	(254.992)	(241.718)
Adições Permanentes	133	31	133	31	9.779	34.555	9.779	34.555
Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos					4.492		4.492	
Atualização Monetária de Passivos Regulatórios					998		998	
Perdas - Outras					432	2.001	432	2.001
Perda sobre Conta a Receber - Governo do Distrito Federal					93	28.986	93	28.986
Encargos/Gratificações/Alimentação de Diretores					360	266	360	266
Contribuições não Compensatórias					68	38	68	38
Subvenção de Energia Elétrica					223	290	223	290
Amortização de Ágio sobre Investimentos					2.943	2.943	2.943	2.943
Outras Adições	133	31	133	31	170	31	170	31
Exclusões Permanentes		(547)		(547)	(264.771)	(276.273)	(264.771)	(276.273)
Dividendos Recebidos		(547)		(547)		(547)		(547)
Depreciação/Amortização Acumulada - Reavaliação BRR 396/2010					(2.704)		(2.704)	
Constituição e Realização de Ativos e Passivos Regulatórios					(238.172)	(193.589)	(238.172)	(193.589)
Atualização Monetária - Ativos Regulatórios					(23.857)	(82.137)	(23.857)	(82.137)
Outras					(38)		(38)	
Adições/(Exclusões) Temporárias	(18)	2.294	(18)	2.294	58.825	(10.028)	58.825	(10.028)
Adições Temporárias		2.294		2.294	340.617	38.041	340.617	38.041
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios		2.294		2.294	3.729	6.354	3.729	6.354
Provisão de Benefício Pós-Emprego - Assistencial Aposentados					20.160	19.097	20.160	19.097
Provisão de Suprimento/Energia de Curto Prazo					295.725		295.725	
Provisão para Perdas com Depósitos Judiciais					2.862		2.862	
Provisão do Contrato de Arrecadação						2.031		2.031
Provisão para Devedores Duvidosos					12.922	6.717	12.922	6.717
Atualização Monetária - Superávit de Baixa Renda					4.914	3.176	4.914	3.176
Outras Adições					305	666	305	666
Exclusões Temporárias	(18)		(18)	-	(281.792)	(48.069)	(281.792)	(48.069)
Reversão de Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios	(18)		(18)		(18)	(1.484)	(18)	(1.484)
Reversão de Benefício Pós- Emprego Assistencial Aposentados					(14.927)	(15.316)	(14.927)	(15.316)
Reversão de Provisão para Devedores Duvidosos					(9.830)	(24.827)	(9.830)	(24.827)
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros					(1.904)	(4.296)	(1.904)	(4.296)
Reversão de Provisão para Contratos de Arrecadação						(2.146)		(2.146)
Reversão de Provisão de Suprimentos/Energia de Curto Prazo					(255.113)		(255.113)	
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	465	(1.299)	465	(1.299)	(62.572)	(50.189)	(62.572)	(50.189)
(-) Compensação Prejuízo Fiscal	(139)		(139)					
Base de Cálculo	326	(1.299)	326	(1.299)	(62.572)	(50.189)	(62.572)	(50.189)
Alíquota Aplicável *	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	68		29					

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
IRPJ/CSLL sobre Lucro Fiscal Tributável de Controladora e Controladas					4.702	3.834	1.702	1.384
IRPJ - Lucro Presumido					803	1.133	369	278
Ajustes IRPJ/CSLL - Exercício - 2013 e 2012		1.549	3	512		1.588	3	525
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	68	1.549	32	512	5.505	6.555	2.074	2.187

(*) Alíquota de 15% e 10% de Adicional para o IRPJ.

Passivo Fiscal Diferido

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos relativos ao reconhecimento do custo atribuído dos terrenos (Nota 15). Um dos imóveis avaliados foi capitalizado na controlada CEB D, como aporte de capital e está registrado como propriedade para investimento. Outro evento que gerou o reconhecimento de passivo fiscal diferido foi o ganho sobre o registro do VNR (Valor Novo de Reposição) que foi registrado também na controlada CEB D. Os passivos fiscais diferidos serão realizados somente por ocasião da venda dos terrenos e pela realização do VNR.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/012/2013	30/06/2014	31/012/2013
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	107.126	107.126
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.747	25.747	38.573	38.573
Total	97.269	97.269	145.699	145.699
Não Circulante	97.269	97.269	145.699	145.699

(c) Outros Tributos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/012/2013	30/06/2014	31/012/2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações - ICMS	80	157	145.656	101.138
Retenções IRRF/CSLL/PIS/COFINS	341	373	2.473	2.120
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social- COFINS	235	9	4.520	1.640
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	205	65	1.507	1.062
Programa de Integração Social – PIS	51	2	648	345
Outros	175	290	1.455	3.771
Total	1.087	896	156.259	110.076
Circulante	959	785	156.119	109.953
Não Circulante	128	111	140	123

17 CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Contribuição de iluminação pública foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27/12/2002 para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública; e

II – despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito federal (GDF). Em 30 de junho de 2014 o montante a repassar ao GDF era de R\$ 175.753, atualizado pelo INPC.

A composição do valor a repassar está apresentado a seguir:

Ano	Valores arrecadados e não repassados	Valores faturados e não arrecadados	Atualização Monetária	Total
2007	804	19	313	1.136
2008	13.212	419	4.418	18.049
2010	12.593	148	3.823	16.564
2013	55.931	191	1.199	57.321
2014	62.899	15.408	4.376	82.683
Total	145.439	16.185	14.129	175.753

• Movimentação da Contribuição de Iluminação Pública - CIP

Saldo em 31 de dezembro de 2013	121.144
Faturamento do Período	84.233
Atualização Monetária	4.376
Repasse ao Governo do Distrito Federal	(34.000)
Saldo em 30 de junho de 2014	175.753

18 ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Superávit de Baixa Renda (a)	102.797	97.883
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (b)	66.713	58.726
Encargos do Consumidor a Recolher	2.740	1.492
Total	172.250	158.101
Circulante	32.347	30.193
Não Circulante	139.903	127.908

(a) Superávit de Baixa Renda

Refere-se ao montante dos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

(b) Obrigações de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética

A Controlada CEB D, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e desenvolvimento (P&D), e ainda ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/03/2004 e 28/03/2007, respectivamente.

A atualização das parcelas referente PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/04/2006, nº 300, de 12/02/2008 e nº 316, de 13/05/2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 01/01/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

	Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Programa de Eficiência Energética - PEE	46.560	41.125
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	19.393	17.094
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	507	339
Ministério de Minas e Energia – MME	253	168
Total	66.713	58.726

19 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Entidades	Consolidado		Encargos
	30/06/2014	31/12/2013	
ELETROBRÁS	32.455	40.250	Taxa. de Administração + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (FINAME)	5.500	6.001	Juros de 4,5% a.a. de atualização pela TJLP
Banco do Brasil S.A (FCO I a IV)	76.716	84.841	Juros de 10% a.a. de atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Banco do Brasil	25.948		CDI + juros de 1,7% a.a.
Caixa Econômica Federal S.A	70.078	98.475	CDI + Juros de 2,16% a.a.
Caixa Econômica Federal S.A	29.918	31.781	129% do CDI CETIP (durante o período de utilização)
Total	240.615	261.348	
Circulante	128.912	119.207	
Não Circulante	111.703	142.141	

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos estão garantidos por cessão de direitos creditórios da controlada CEB D

Os empréstimos da controlada CEB D não possuem cláusulas de *covenants*.

Os montantes das dívidas classificadas no passivo não circulante em 30 de junho de 2014 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado
2015	42.918
2016	25.947
2017	16.430
2018	13.111
2019 em diante	13.297
Total	111.703

(b) Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	261.348
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	46.600
Encargos Incorridos no Período	11.086
Encargos Financeiros Pagos	(11.086)
Amortizações de principal	(67.333)
Saldo em 30 de junho de 2014	240.615

20 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a) Planos de benefícios

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB D e da FACEB e aos seus dependentes, conforme a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação	Patrocinadora
Plano Complementar de Benefícios Previdenciários	Aposentadoria e pensão	Benefício definido	CEB D
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano Assistencial	Assistência médica	Benefício definido	CEB D
Plano CEB Saúde	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado

O passivo do benefício pós-emprego dos planos previdenciários foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciários, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CEB D mantém junto à FACEB dois planos previdenciários, sendo um constituído na modalidade de benefício definido (BD) e outro na modalidade de contribuição definida (CD). Além disso, a empresa mantém para os seus empregados e familiares planos de saúde que são administrados pela FACEB, sendo que a CEB D tem responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas apenas no plano denominado CEB - Assistencial, uma vez que a sua participação no plano denominado CEB-Saúde está limitada ao aporte da despesa gerada pelos participantes ativos e seus dependentes, não lhe cabendo responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas e, dessa forma, não existe passivo com benefícios pós-emprego.

O Plano de Saúde Assistencial é administrado pela FACEB como uma autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Participam do plano os empregados ativos, aposentados, pensionistas e aqueles vinculados ao programa de demissão voluntária da CEB D.

O custeio do plano é feito mediante pagamento de co-participação pelos usuários, no momento em que utilizam o plano, cujos percentuais são definidos no respectivo regulamento, ficando a patrocinadora com a responsabilidade por complementar os pagamentos dos usuários de forma a custear as despesas do plano.

Quanto aos planos previdenciários, o passivo com benefícios pós-emprego foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciários, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

Os resultados da reavaliação atuarial das obrigações com benefícios a empregados da Companhia e suas controladas estão demonstrados nos quadros seguintes, estando divididas em função de cada plano previdencial e de saúde, e foram calculados com base nas informações prestadas pela Companhia e suas controladas e pela FACEB. Os cálculos atuariais foram realizados em conformidade com o Pronunciamento CPC 33(R1).

As informações que deram suporte ao presente trabalhos são constituídas de base cadastral referente ao plano previdencial e plano de saúde. O conjunto de informações diz respeito à utilização dos planos de saúde nos últimos doze meses, informações contábeis posicionadas em 31 de maio de 2014 e dados sobre a composição do valor justo dos ativos do plano de benefício posicionado em 31 de maio de 2014.

Os montantes no passivo relativos aos planos de Previdência, Assistência e Demissão Voluntária são os seguintes:

	Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013
Plano de Previdência	63.461	74.361
Plano de Assistência	300.757	271.999
Programa de Demissão Voluntária	3.782	6.385
Total	368.000	352.745
Circulante	66.366	66.075
Não Circulante	301.634	286.670

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes no resultado relativos ao plano de Previdência e Assistência são os seguintes:

	Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013
Previdência	2.110	1.841
Assistência	7.181	8.731
Total	9.291	10.572

b) Planos Previdenciário e Assistencial

As movimentações no valor presente da obrigação com benefício definido são:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Valor presente das obrigações atuariais				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(1.006.762)	(1.236.263)	(270.883)	(271.338)
Custo do serviço corrente	(2.839)	(10.606)	(763)	(2.669)
Custo de juros	(28.491)	(113.860)	(8.966)	(24.990)
Ganhos/(Perda) atuariais	(60.039)	316.383	(26.786)	(8.688)
Benefícios Pagos pelo plano	16.641	59.206	7.584	35.686
Valor presente da obrigação atuarial no final do período	(1.081.490)	(985.140)	(299.814)	(271.999)

Análise da obrigação atuarial do plano

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Valor presente da obrigação atuarial	1.081.490	985.140	299.814	271.999
Valor justo dos ativos do plano	(1.060.537)	(962.786)		
Valor presente da obrigação coberta	1.060.537	962.786		
Valor presente da obrigação sem cobertura	20.953	22.354	299.814	271.999
Status do Plano	Parcialmente Fundado	Parcialmente Fundado	Sem Cobertura	Sem Cobertura

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Valor justo dos ativos do plano				
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	969.120	1.139.775		
Rendimento esperado dos ativos do plano	27.426	104.973		
Contribuições recebidas pelo fundo - Patrocinador	11.703	31.225	7.584	35.686
Contribuições recebidas pelo fundo - Participantes	2.679	11.891		
Benefícios Pagos pelo plano	(16.641)	(59.206)	(7.584)	(35.686)
Ganhos/(Perda) atuariais	66.250	(265.872)		
Valor justo dos ativos do plano no final do período	1.060.537	962.786		

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Valores reconhecidos no balanço patrimonial				
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	20.953	22.354	299.814	271.999
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos (item 92)		52.004		
Passivo/(Ativo) líquido reconhecido no final do período	65.293	74.358	274.199	271.999
Movimentação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço				
Passivo (ativo) reconhecido no início do exercício	37.642	75.893	270.883	110.914
Contribuições aportadas no plano	(11.703)	(31.225)	(7.584)	(35.686)
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	(6.211)	(29.916)	26.786	169.112
Despesas do exercício	1.225	7.602	9.729	27.659
Passivo/(ativo) reconhecido no final do período	20.953	22.354	299.814	271.999

(i) Plano Previdenciário

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 1.081.490, que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 1.060.537 resultou em um déficit de R\$ 20.953, sendo, portanto inferior ao valor da provisão atualmente registrada pela CEB Distribuição S/A, no montante de R\$ 65.293, relativa ao contrato de dívida que mantém junto à FACEB. Observa-se que o montante contabilizado pela CEB é suficiente para a cobertura da provisão total de benefícios pós-emprego do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais.

O valor justo dos ativos do plano foi informado pela FACEB e, segundo a entidade, está precificado a mercado. Do ativo total informado pela FACEB R\$ 1.078.007 foram deduzidos os valores registrados no balancete nas rubricas do exigível operacional R\$ 3.169, exigível contingencial R\$ 4.580 e fundos R\$ 9.720, resultando no valor justo de R\$ 1.060.537, uma vez que essas parcelas do ativo não se destinam à cobertura das provisões matemáticas. Ressalte-se que o saldo do contrato de dívida da CEB junto à entidade não está incluído no valor justo dos ativos do plano.

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, conforme demonstrado nos quadros anteriores, tendo apresentado, em 31 de maio de 2014, um déficit atuarial.

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro abaixo.

	30/06/2014	31/03/2014	31/12/2013
Valor presente da Obrigação atuarial	1.081.490	1.006.762	985.140
Valor justo dos ativos do plano	(1.060.537)	(969.120)	(962.786)
Resultado	20.953	37.642	22.354

O quadro a seguir contém a despesa do plano de responsabilidade da patrocinadora, estimada para o exercício de 2014, calculada com base nos custos normais, no custo dos juros incidentes sobre a obrigação atuarial, nos rendimentos esperados do valor justo dos ativos do plano e nas contribuições estimadas dos participantes e assistidos.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2014
Custo do serviço corrente	10.859
Custo dos juros	111.529
Rendimento esperado dos ativos do plano	(108.998)
Contribuições dos participantes	(10.180)
Total da despesa estimada	3.210

Plano CEBPREV

O plano CEBPREV, por ser constituído na modalidade de contribuição definida, não imputa riscos às suas patrocinadoras e, por conseguinte, não gera a necessidade de provisão de benefícios pós-emprego para a CEB Distribuição S/A.

Conforme o balancete desse plano posicionado em 31 de maio de 2014, as provisões matemáticas de benefícios a conceder são iguais a R\$ 10.532 e o patrimônio de cobertura do plano é de R\$ 10.532, comprovando o equilíbrio atuarial do citado plano de benefícios. Não existem benefícios concedidos no plano na data desta reavaliação e além do patrimônio de cobertura do plano existem fundos previdenciais no montante de R\$ 157 para dar suporte à solvência do plano de benefícios.

PLANO CEB-SAÚDE

O plano CEB-SAÚDE não gerou provisão de benefícios pós-emprego em função das disposições de seu regulamento que prevêem a participação da CEB Distribuição S/A, bem como das demais Associadas, apenas em relação aos participantes ativos e seus dependentes, não lhes imputando responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas.

Dessa forma, não há qualquer provisão de benefícios pós-emprego a contabilizar em função desse plano de saúde.

(iii) Plano Assistencial

A avaliação atuarial do plano CEB-ASSISTENCIAL, posicionada em 31 de maio de 2014, revelou que a obrigação atuarial deste plano é de R\$ 299.814. Considerando-se que este plano não possui valor justo de ativos, então a obrigação atuarial calculada em 31 de maio de 2014 se encontra sem lastro de ativos financeiros. A composição deste passivo se dá da seguinte forma: a) passivo de curto prazo dos ativos: R\$ 10.654; b) passivo de longo prazo dos ativos: R\$ 59.619; c) passivo de curto prazo dos assistidos: R\$ 18.195 e d) passivo de longo prazo dos assistidos: R\$ 211.345.

O passivo líquido contabilizado em 31 de maio de 2014 era de R\$ 274.199 e, computadas as variações ocorridas em 2014, conforme demonstradas nos quadros anteriores, têm-se um passivo líquido calculado atuarialmente em 31 de maio de 2014 de R\$ 299.814, sendo este o valor da provisão de benefícios pós-emprego para o plano CEB-ASSISTENCIAL. Considerando-se que a provisão atualmente contabilizada é superior ao montante aqui informado, não há necessidade de aumento dessa provisão em R\$ 25.615.

A variação na obrigação atuarial decorreu da modificação na taxa de juros, conforme apresentada no quadro das premissas, e da redução no custo médio assistencial, que passou de R\$ 507,73 (reais) em fevereiro de 2014 para R\$ 536,76 (reais) em maio de 2014 (R\$ 512,29 em 31/12/2013).

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesa estimada para o exercício:

	2014
Custo do serviço corrente	3.514
Custo dos juros	30.667
Total da despesa estimada	34.181

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro abaixo.

	30/06/2014	31/03/2014	31/12/2013
Valor presente da Obrigação atuarial	299.814	270.883	271.999
Valor justo dos ativos do plano			
Resultado	299.814	270.883	271.999

Quadro demonstrativo da despesa total reconhecida na demonstração dos resultados:

	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Valores reconhecidos na DRE				
Custo do serviço corrente	(2.839)	(10.606)	(763)	(2.669)
Contribuições recebidas pelo fundo - Participantes	2.679	11.891		
Custo de juros	(28.491)	(113.860)	(8.966)	(24.990)
Retorno esperado dos ativos do plano	27.426	104.973		
Total da (despesas)/receita reconhecida no período	(1.225)	(7.602)	(9.729)	(27.659)

Segue abaixo a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento. A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa, como demonstrado a seguir:

Composição dos ativos	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Disponível	0,08%	0,27%	N/A	N/A
Renda Fixa	86,63%	83,29%	N/A	N/A
Renda Variável	3,17%	6,00%	N/A	N/A
Investimentos estruturados	6,31%	6,40%	N/A	N/A
Investimentos Imobiliários	1,12%	1,24%	N/A	N/A
Empréstimos com Participantes	2,69%	2,80%	N/A	N/A
Total percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%	N/A	N/A

(iii) Premissas Atuariais

Premissas atuariais adotadas	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Financeira				
Taxa de juros anual para cálculo do valor presente da obrigação	6,01%	6,47%	6,01%	6,47%
Expectativa de retorno do valor justo dos ativos do plano	11,80%	9,21%	0,00%	0,00%
Taxa anual de inflação	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Taxa nominal de crescimento anual dos salários	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Taxa nominal de crescimento dos benefícios do plano	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano Complementar		Plano Assistencial	
Premissas atuariais adotadas	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Taxa de crescimento nominal anual dos custos de saúde	0,00%	0,00%	7,00%	7,00%
Demográficas				
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de assistidos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	Winklevoss		Winklevoss	
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas		Álvaro Vindas	
Tábua de morbidez	Não Usada		Não Usada	
Idade de aposentadoria	Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.		Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.	
Composição familiar para cálculo de pensão e reversão				
Ativos	90% casados com cônjuge feminino 4 anos mais jovem			
Assistidos	Família informada no cadastro			

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
Comparativo evidenciando retorno esperado e o retorno real dos ativos do plano	30/06/2014	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
Taxa nominal de rendimento esperada sobre os ativos do plano	11,80%	9,21%	N/A	N/A

c) Contrato de Dívida Atuarial (*)

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília - CEB, na qualidade de patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB D assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciários (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram desde então a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade, décimo quarto salário e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada “suplementar”, pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

As características dessa contratação e que foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descrevemos: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; prazo de amortização de 180 meses sucessivos. Demonstramos, a seguir, o montante atualizado, líquido das amortizações, até 30 de junho de 2014:

As movimentações da dívida atuarial ocorreu conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	28.889	62.783	91.672
Amortização	(29.088)		(29.088)
Atualização	3.336	6.575	9.911
Transferências para o circulante	29.008	(29.008)	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	32.145	40.350	72.495
Amortização	(15.246)		(15.246)
Atualização	2.239	2.797	5.036
Transferências para o circulante	13.007	(13.007)	
Saldo em 30 de junho 2014	32.145	30.140	62.285

(*) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

A composição do passivo é a seguinte:

	30/06/2014	31/12/2013
Contribuições para o plano	1.175	1.708
Contrato de dívida	62.285	72.495
Total	63.460	74.203

Para cálculo do passivo a ser registrado, foram consideradas já no resultado as contribuições a pagar, dessa forma, o valor restante já se encontra contabilizado por meio do Contrato de Equacionamento de Déficit (vide letra b. (ii). a) pactuado entre a Companhia e a FACEB.

d) Programa de desligamento voluntário

Em continuidade ao programa implementado em 2005, a Companhia implementou o Programa de Desligamento Voluntário II que contou com a adesão de 185 empregados que possuem condições de se aposentar no INSS e que completam as condições com a FACEB no decorrer de 2006 a 2015.

Demonstramos, a seguir, a movimentação das verbas indenizatórias do Programa de Desligamento Voluntário II:

	Circulante	Não Circulante	Total
Passivo em 31 de dezembro 2013	4.569	1.816	6.385
Amortização no trimestre	(2.331)		(2.331)
Atualização no trimestre		(273)	(273)
Transferências para o circulante	1.018	(1.018)	
Passivo em 30 de junho de 2014	3.256	525	3.781

21 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios provisionados

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatórios em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Regulatórias			52.470	50.066
Trabalhistas	47	94	7.824	6.869
Fiscais	8.242	8.223	8.242	8.223
Cíveis			6.996	6.674
Total	8.289	8.317	75.532	71.832
Circulante	47	94	5.450	4.850
Não Circulante	8.242	8.223	70.082	66.982

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

	Controladora		
	Trabalhista	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	96	9.148	9.244
Constituições de Provisão	15	2.295	2.310
Pagamentos		(2.153)	(2.153)
Reversão de Provisão	(17)	(1.067)	(1.084)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	94	8.223	8.317
Pagamentos	(34)		(34)
Atualização Monetária	5	19	24
Reversão de Provisão	(18)		(18)
Saldo em 30 de junho de 2014	47	8.242	8.289

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5.263	6.826	9.148	32.940	54.177
Constituições de Provisão	1.978	549	2.295	14.273	19.095
Pagamentos			(2.153)		(2.153)
Reversão de Retificadora PLR Exercício 2007 (a)	7.173				7.173
Reversão de Provisão	(8.933)	(1.022)	(1.067)		(11.022)
Atualização Monetária	1.388	321		2.853	4.562
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6.869	6.674	8.223	50.066	71.832
Constituições de Provisão	495	20			515
Pagamentos	(34)				(34)
Reversão de Provisão	(18)				(18)
Atualização Monetária	512	302	19	2.404	3.237
Saldo em 30 de junho de 2014	7.824	6.996	8.242	52.470	75.532

(a) O valor de R\$ 7.173 representa o valor depositado em juízo e que foi pago aos empregados da CEB D na forma de participação nos lucros/resultados no exercício de 2007, após decisão judicial favorável (liminar). A CEB D recorreu da decisão e constituiu uma provisão para contingência trabalhista mesmo valor. A provisão para contingência trabalhista era apresentada líquida do valor do ativo. Em dezembro de 2013, a CEB D reverteu à provisão constituída e para o valor do ativo foi constituída uma provisão para perdas prováveis no montante de R\$ 7.173.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Demandas Trabalhistas

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicionais de periculosidade, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

(ii) Demandas Cíveis

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica, danos morais, além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos, corte por inadimplência, problemas na rede e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

(iii) Demandas Regulatórias

A CEB D está discutindo nas esferas administrativa e judicial autuações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia e investimentos em consórcio, extrapolação dos limites de DEC/FEC, falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição e referente à fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB D, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(iv) Demandas Fiscais

As provisões fiscais referem-se a processos da Receita Federal relativos a IRPJ, PIS, COFINS, PER/DCOMP e CSLL. A Companhia emitiu Despacho decisório para a homologação das Declarações de Compensação, sendo também apresentada Manifestação de Inconformidade requerendo que seja reconhecido o direito a compensação dos créditos tributários, na qual foi indeferida pela Receita Federal.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(b) Passivo Contingente

A Companhia e suas Controladas possuem processos de natureza trabalhistas e cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 30 de junho de 2014 é apresentado conforme segue:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Fiscais	21.529	21.529	21.529	21.529
Cíveis	245	245	1.966	1.933
Trabalhistas	150	150	610	584
Total	21.924	21.924	24.081	24.046

(i) Demandas Fiscais

Representam valores referentes às Contribuições Sociais de PIS e COFINS, que foram objeto de compensação com créditos existentes na Receita Federal por recolhimentos realizados a maior, e que, quando da solicitação da compensação através de PER/DCOMP estes não foram homologados pela Receita Federal. Os consultores legais da Companhia vêm buscando reverter a decisão da Receita Federal com a comprovação de que tais cobranças não procedem.

22 DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Recursos para Futuro Aumento de Capital (a)	212.000	212.000	212.000	212.000
Consumidores	1		10.848	10.108
Parcelamento de Multa ANEEL			6.363	7.425
Consignações a Favor de Terceiros	51	89	4.487	4.996
Arrendamento			3.685	3.525
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos			741	952
Retenção de Quotas RGR			724	724
Cauções e Garantia			689	732
Obrigações com Empresas Ligadas	167	107		
Outras Obrigações		19	3.392	4.092
Total	212.219	212.215	242.929	244.554
Circulante	219	215	25.877	26.284
Não Circulante	212.000	212.000	217.052	218.270

(a) Refere-se a adiantamento efetuado pelo controlador, Governo do Distrito Federal, que necessita de aprovação na assembleia de acionistas para que seja incorporado ao capital da Companhia. O valor será incorporado ao capital pelo seu valor histórico.

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O Capital autorizado é de R\$ 368.724, conforme art. 7º do Estatuto da Companhia, e o Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 342.056 (R\$ 342.056 em 31/12/2013). As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

A composição do Capital Social subscrito e integralizado por classe de ações é a seguinte:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Capital Total em Ações	30/06/2014	31/12/2013
Ações Ordinárias	4.576.432	4.576.432
Ações Preferenciais	4.607.026	4.607.026
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	3.294.024	3.294.024
Total	9.183.458	9.183.458
Valor Patrimonial por Ação:		
Patrimônio Líquido	129.733	308.344
(-) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(11.969)	(11.969)
Total	117.764	296.375
Quantidade de Ações	9.183.458	9.183.458
Valor Patrimonial por Ação - Em (R\$)	12,82	32,27

(b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

(i) Custo Atribuído (Deemed Cost)

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

O efeito decorrente da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 é demonstrado conforme quadro a seguir:

Terrenos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442	1.442
Ajustes por adoção do custo atribuído	295.744	295.744
Saldo em 1º de janeiro de 2009	297.186	297.186
Alienação de Terreno - Exercício de 2009	(11.099)	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto	286.087	286.087
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL 34%)	(97.270)	(97.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2013, líquido do efeito fiscal	188.817	188.817
Saldo em 30 de junho de 2014, líquido do efeito fiscal	188.817	188.817

(ii) Ganhos/Perdas na Variação de Percentual em Participações Societárias

Em dezembro de 2011, foi contabilizado em ajuste de avaliação patrimonial uma perda de capital por diluição de percentual no capital da Controlada em conjunto Energética Corumbá III S.A, o valor desta perda foi de R\$ 847 e foi apurado pelo cálculo da equivalência patrimonial. No Exercício de 2013, ocorreram os seguintes eventos: Em abril de 2013, houve novo aporte de capital pelos acionistas, os quais não foram proporcionais às participações detidas por cada acionista, este fato gerou uma perda de R\$ 31. O outro evento foi a declaração dividendos destinados a CEB, que em relação ao percentual de participação total sobre o Capital Social da Controlada gerou um ganho de R\$ 47. Em abril de 2014, os acionistas Energy Power S.A e Strata Construções e

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Concessionárias Integradas S.A realizaram aporte de capital no montante de R\$ 221. Esta operação gerou um ganho de capital a favor da CEB no valor de R\$ 83. A perda acumula registrada com a Controlada Energética Corumbá III S.A na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial em 30 de junho de 2014 é de R\$ 776.

Em outubro de 2012, os acionistas da coligada Corumbá Concessões S.A se reuniram em assembleia geral extraordinária e aprovaram e formalizaram a opção de compra da totalidade das ações preferência nominativa classe “B” de propriedade do Fundo de Investimento em Participações BRB Corumbá. Após a aquisição, estas ações foram contabilizadas na Coligada na rubrica de Ações em Tesouraria e gerou alteração na estrutura societária da Coligada, desta forma, a participação do Grupo na Coligada passou de 39,07% para 45,57% gerando um ganho na variação de percentual de R\$ 18.623.

(ii) Perdas Atuariais – Plano Assistencial e Previdenciário

A Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2013 perdas atuarial referente aos planos assistencial e previdenciário dos empregados da Controlada CEB D no montante de R\$ 165.240. O valor desta perda foi registrada no patrimônio líquido da Companhia de acordo com as regra estabelecida no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Em 31 de dezembro de 2013, o montante da perda atuarial era de R\$ 158.116 e ao final do segundo trimestre de 2014 após nova avaliação atuarial realizada, o saldo da perda foi aumentado em R\$ 23.522, fechando o segundo trimestre com uma perda de R\$ 181.638.

Em 30 de junho de 2014, a composição do saldo da rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” é a seguinte:

	30/06/2014	31/12/2013
Custo atribuído do Ativo Imobilizado	188.817	188.817
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A (ii)	18.623	18.623
Perda de Capital na Diluição de Percentual – Energética Corumbá III S.A	(776)	(859)
Perdas Atuarial - Plano Assistencial	(181.638)	(158.116)
Outras Movimentações - Coligadas	33	33
Total	25.059	48.498

(c) Resultado do exercício

No final do segundo trimestre de 2014, a Companhia apurou um Prejuízo de R\$ 155.172 (R\$ 71.330 em 30/06/2013).

(d) Reserva de lucros

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6404/76, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, exceder em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

(f) Distribuição de Dividendos

A política de dividendos da entidade consta no Art. 9º do Estatuto vigente, em relação às ações preferenciais classe A:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

I - Prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 10% ao ano, calculados proporcionalmente ao que elas representem do capital social integralizado até a data do encerramento do exercício correspondente.

II - Prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

O Art. 10º apresenta o seguinte texto relacionado aos titulares das ações preferenciais classe B: “[...] gozarão de prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, sem prêmio, após o reembolso da classe A, em caso de liquidação da Companhia.”. Ainda, em Parágrafo único, no mesmo artigo “[...] ações preferenciais classe B não tem direito a dividendo fixo ou mínimo.”. Conforme consta no Estatuto Art. 37 parágrafo 1º “Será sempre assegurado às ações preferenciais classe A, [...] o recebimento de dividendos 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias.

24 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração do Grupo analisa os relatórios internos periodicamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB D;
- Geração de energia – tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da empresa CEB Geração S/A.;
- Comercialização de energia elétrica – tem como atribuição comercialização energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A e CEB Participações S.A.; e
- Outros – Neste segmento estão a Companhia Energética de Brasília S.A - CEB Holding – que tem como atribuição a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal e a Companhia Brasiliense de Gás S.A que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

Em 30 de junho de 2014, a Receita Operacional Bruta registrada pelo fornecimento de energia elétrica e prestações de serviços com o Governo do Distrito Federal (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias Estado de Governo e demais Órgãos) totalizou R\$ 163.194, representando 13,66% da Receita Operacional Bruta Consolidada (R\$ 157.045 – 13,86% da Receita Operacional Bruta Consolidada em 30/06/2014).

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável para os períodos findos em 30 de junho de 2014 e de 2013 estão incluídas abaixo:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período de três meses findos em:											
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	442.506	439.864	5.272	3.651	31.667	30.888	17.113	11.181	(30.950)	(29.863)	465.608	455.721
Energia Elétrica comprada para Revenda	(332.993)	(251.260)		(715)	(9.228)	(2.992)			30.756	29.663	(311.465)	(225.304)
Encargos de uso da rede elétrica	(15.020)	(41.651)	(195)	(189)	(2.908)	(3.181)			195	190	(17.928)	(44.831)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(348.013)	(292.911)	(195)	(904)	(12.136)	(6.173)			30.951	29.853	(329.393)	(270.135)
Pessoal	(44.088)	(44.312)	(764)	(576)	(568)	(499)	(3.084)	(2.682)			(48.504)	(48.069)
Entidade de Previdência Privada	(2.110)	(1.841)					5	10			(2.105)	(1.831)
Material	(1.011)	(1.385)	(18)	(13)	(5)	(5)	(24)	(21)			(1.058)	(1.424)
Serviço de Terceiros	(30.064)	(29.543)	(1.191)	(736)	(1.533)	(1.268)	(11.846)	(7.593)			(44.634)	(39.140)
Depreciação e Amortização	(11.759)	(10.646)	(90)	(90)	(1.648)	(1.647)	(110)	(106)			(13.607)	(12.489)
Provisões	(7.747)	3.221	(14)	(11)		(3)	(13)	(2.295)			(7.774)	912
Custo de Construção	(35.505)	(62.444)									(35.505)	(62.444)
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	(6.494)	(33.775)									(6.494)	(33.775)
Arrendamento					(10.032)	(9.596)					(10.032)	(9.596)
Outras	4.383	(7.736)	(315)	(323)	(2.988)	(299)	(956)	(1.146)		11	124	(9.493)
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(134.395)	(188.461)	(2.392)	(1.749)	(16.774)	(13.317)	(16.028)	(13.833)		11	(169.589)	(217.349)
Equivalência Patrimonial					2.760	3.727	(82.215)	(36.687)	48.568	40.976	(30.887)	8.016
RESULTADO BRUTO	(39.902)	(41.508)	2.685	998	5.517	15.125	(81.130)	(39.339)	48.569	40.977	(64.261)	(23.747)
Receita Financeira	6.411	4.994	325	167	2.882	805	476	362		396	10.094	6.724
Despesa Financeira	(20.364)	(12.078)	(10)	(11)	(232)	(46)	(18)	(6)		(396)	(20.624)	(12.537)
RESULTADO FINANCEIRO	(13.953)	(7.084)	315	156	2.650	759	458	356			(10.530)	(5.813)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(53.855)	(48.592)	3.000	1.154	8.167	15.884	(80.672)	(38.983)	48.569	40.977	(74.791)	(29.560)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente			(276)	(169)	(2.434)	(4.575)	(98)				(2.808)	(4.744)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(53.855)	(48.592)	2.724	985	5.733	11.309	(80.770)	(38.983)	48.569	40.977	(77.599)	(34.304)
Atribuível aos Acionistas Controladores											(80.641)	(38.838)
Atribuível aos Acionistas não Controladores											3.042	4.534
INFORMAÇÕES ADICIONAIS												
Receita Operacional Líquida	442.506	439.864	5.272	3.651	31.667	30.888	17.113	11.181			496.558	485.584
Receita entre Segmentos	(194)	(198)			(30.756)	(29.665)					(30.950)	(29.863)
Receitas com Clientes Externos	442.312	439.666	5.272	3.651	911	1.223	17.113	11.181			465.608	455.721

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período de seis meses findos em:											
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	830.016	800.732	10.662	7.287	64.577	59.220	31.684	24.573	(61.112)	(57.680)	875.827	834.132
Energia Elétrica comprada para Revenda	(648.547)	(499.729)		(715)	(11.384)	(10.722)			60.722	57.274	(599.209)	(453.892)
Encargos de uso da rede elétrica	(33.462)	(59.320)	(387)	(384)	(5.783)	(6.411)			387	384	(39.245)	(65.731)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(682.009)	(559.049)	(387)	(1.099)	(17.167)	(17.133)			61.109	57.658	(638.454)	(519.623)
Pessoal	(87.197)	(82.786)	(1.437)	(1.123)	(1.191)	(914)	(5.958)	(5.053)			(95.783)	(89.876)
Entidade de Previdência Privada	(4.058)	(3.520)									(4.058)	(3.520)
Material	(2.338)	(2.294)	(43)	(13)	(7)	(16)	(1.967)	(34)			(4.355)	(2.357)
Serviço de Terceiros	(58.545)	(54.182)	(1.992)	(1.366)	(2.907)	(2.449)	(22.100)	(15.530)			(85.544)	(73.527)
Depreciação e Amortização	(23.451)	(21.003)	(180)	(179)	(3.298)	(3.299)	(215)	(211)			(27.144)	(24.692)
Provisões	(11.270)	(1.306)	(14)	(18)	(86)	(101)	(1)	(2.320)			(11.371)	(3.745)
Custo de Construção	(73.271)	(103.427)									(73.271)	(103.427)
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	(13.015)	(35.067)									(13.015)	(35.067)
Arrendamento					(20.065)	(19.193)					(20.065)	(19.193)
Outras	1.759	(8.706)	(746)	(617)	(5.643)	(2.437)	(1.963)	(2.150)	4	22	(6.589)	(13.888)
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(271.386)	(312.291)	(4.412)	(3.316)	(33.197)	(28.409)	(32.204)	(25.298)	4	22	(341.195)	(369.292)
Equivalência Patrimonial					5.874	7.237	(155.421)	(66.192)	126.493	69.957	(23.054)	11.002
RESULTADO BRUTO	(123.379)	(70.608)	5.863	2.872	20.087	20.915	(155.941)	(66.917)	126.494	69.957	(126.876)	(43.781)
Receita Financeira	14.045	12.839	575	313	4.477	4.018	630	1.222		(2.467)	19.727	15.925
Despesa Financeira	(32.756)	(24.615)	(19)	(17)	(454)	(2.620)	(38)	(3.872)		2.467	(33.267)	(28.657)
RESULTADO FINANCEIRO	(18.711)	(11.776)	556	296	4.023	1.398	592	(2.650)			(13.540)	(12.732)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(142.090)	(82.384)	6.419	3.168	24.110	22.313	(155.349)	(69.567)	126.494	69.957	(140.416)	(56.513)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		(53)	(530)	(328)	(6.948)	(6.300)	(101)	(2.061)			(7.579)	(8.742)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(142.090)	(82.437)	5.889	2.840	17.162	16.013	(155.450)	(71.628)	126.494	69.957	(147.995)	(65.255)
Atribuível aos Acionistas Controladores											(155.172)	(71.330)
Atribuível aos Acionistas não Controladores											7.177	6.075
INFORMAÇÕES ADICIONAIS												
Receita Operacional Líquida	830.016	800.732	10.662	7.287	64.577	59.220	31.684	24.572			936.939	891.811
Receita entre Segmentos	(390)	(405)			(60.722)	(57.274)					(61.112)	(57.679)
Receitas com Clientes Externos	829.626	800.327	10.662	7.287	3.855	1.946	31.684	24.572			875.827	834.132

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

(a) Receita Operacional Líquida

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Fornecimento de Energia Elétrica (*)			465.470	421.064
Receita de Construção			35.505	62.444
Energia de Curto Prazo			88.057	86.572
Receita de Prestação de Serviços	18.234	11.268	19.053	12.053
Suprimento de Energia			8.768	6.881
Arrendamento e Aluguéis			6.266	5.471
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			4.223	3.563
Receita de Venda de Gás			1.181	1.499
Outras Receitas			142	775
Receita Operacional Bruta	18.234	11.268	628.665	600.322
Impostos	(365)	(225)	(91.546)	(84.304)
Contribuições	(1.686)	(1.043)	(58.695)	(52.239)
Encargos do Consumidor			(12.816)	(8.058)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(2.051)	(1.268)	(163.057)	(144.601)
Receita Operacional Líquida	16.183	10.000	465.608	455.721

	Períodos de seis meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Fornecimento de Energia Elétrica (*)			914.784	868.493
Receita de Construção			73.271	103.427
Energia de Curto Prazo			131.005	95.874
Receita de Prestação de Serviços	33.650	25.170	34.920	26.502
Suprimento de Energia			18.024	14.016
Arrendamento e Aluguéis			12.029	11.100
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			7.952	9.444
Receita de Venda de Gás			2.311	2.837
Outras Receitas			562	1.505
Receita Operacional Bruta	33.650	25.170	1.194.858	1.133.198
Impostos	(674)	(503)	(185.903)	(178.841)
Contribuições	(3.112)	(2.329)	(110.518)	(100.431)
Encargos do Consumidor			(22.610)	(19.794)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(3.786)	(2.832)	(319.031)	(299.066)
Receita Operacional Líquida	29.864	22.338	875.827	834.132

(*) Os ativos financeiros relacionados ao contrato de concessão são remunerados pelo WACC regulatório (custo médio ponderado de capital) e essa remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor. Em 30 de junho de 2014, o valor corresponde a R\$ 56.542 (R\$ 47.748 em 30/06/2013).

A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013) determinou que os recursos relacionados à subvenção de baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. Estes recursos serão repassados pela Eletrobrás e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. No primeiro

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

trimestre de 2014, foi registrado na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica receita de R\$ 17.293, sendo R\$ 10.240 referentes à subvenção de baixa renda e R\$ 7.053 referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O saldo a receber foi contabilizado na rubrica Recursos da CDE – Decreto 7.945/2013 (Nota 8).

(b) Custo com Serviço de Energia Elétrica

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em:		Períodos de seis meses findos em:	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Energia elétrica comprada para revenda	(241.102)	(240.007)	(491.349)	(446.089)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(81.186)	(35.577)	(134.064)	(56.476)
Encargos de uso da rede elétrica	(17.928)	(43.225)	(39.245)	(65.732)
Repasse da Conta - ACR Custo de Energia (i)	5.533		20.913	
Aporte de Recursos da CDE	5.290	48.674	5.290	48.674
Total	(329.393)	(270.135)	(638.455)	(519.623)

(i) Decreto nº 8.221 de 2 de abril de 2014

O Governo Federal fundamentado na Lei nº 12.783/2013 publicou em 02 de abril de 2014, o Decreto nº 8.221/2014, que autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a criar e manter a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR para cobrir, total ou parcialmente, os gastos das distribuidoras de energia com exposição involuntária no mercado de curto prazo e custos do despacho termelétrico, através da contratação de operações de crédito bancário destinadas à cobertura dos custos previstos. A CCEE será a responsável pela gestão da CONTA - ACR.

No semestre findo em 30 de junho de 2014, a Companhia reconheceu como compensação de custos de energia, referente aos valores aportados pela CONTA ACR um total de R\$ 20.913, referente aos meses de fevereiro, março e maio de 2014, sendo R\$ 15.380 já homologados pela ANEEL e ressarcidos durante o segundo trimestre. O saldo ainda pendente de recebimento (R\$ 3.805) está contabilizado na rubrica Recursos da Conta ACR – Decreto 8221/2014 (Nota 8).

Aporte CDE – Decretos nºs 7891/2013 e 7.945/2013

Devido aos altos custos financeiros ocasionados pelas condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o final de 2012, relacionado principalmente aos baixos índices dos reservatórios das usinas hidrelétricas, o governo brasileiro emitiu em 23 de janeiro 2013, o Decreto 7.891, alterado pelo Decreto 7.945 de 7 de março de 2013 com o intuito de neutralizar parte do problema de caixa enfrentado pelas distribuidoras.

Com relação à contratação de energia, o Decreto 7.945 (i) reduziu o prazo mínimo de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, de contratos de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes e (ii) aumentou o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de cento e três para cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Com relação aos objetivos da CDE, o Decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição dos custos relacionados abaixo:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

i. neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);

ii. neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);

iii. cobrir o custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (ESS – Segurança Energética).

No semestre findo em 30 de junho 2014, a CEB D reconheceu como compensação do custo com energia elétrica, referente aos valores aportado pela CDE um total de R\$ 5.290 (R\$ 48.674 no semestre findo em 30 de junho de 2013).

(c) Custos e Despesas Operacionais por Natureza

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Pessoal e Administradores	(3.018)	(947)	(48.503)	(46.364)
Serviço de Terceiros	(11.780)	(9.142)	(44.149)	(40.822)
Custo de Construção - concessão			(35.505)	(62.444)
Depreciação e Amortização	(42)	(36)	(13.607)	(12.490)
Arrendamento			(10.032)	(9.596)
(Provisão)/Reversão/Perdas de Devedores Duvidosos			(6.494)	(33.774)
Entidade de Previdência Privada	5	(11)	(2.105)	(1.852)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos			(1.467)	(1.432)
Material	(22)	(20)	(1.058)	(1.425)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica			(636)	(916)
Propaganda e Publicidade			(485)	
Outras Despesas	(86)	(49)	(6.838)	(6.253)
Total	(14.943)	(10.205)	(170.879)	(217.368)
Classificados como:				
Custo da Operação			(97.071)	(109.094)
Custo dos Serviços Prestados	(12.672)	(6.886)	(12.910)	(8.621)
Despesas com Vendas			(22.714)	(49.438)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.271)	(3.319)	(38.184)	(50.215)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de seis meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Pessoal e Administradores	(5.825)	(1.776)	(95.783)	(86.712)
Serviço de Terceiros	(21.921)	(18.487)	(85.059)	(76.668)
Custo de Construção - concessão			(73.271)	(103.427)
Depreciação e Amortização	(79)	(71)	(27.144)	(24.692)
Arrendamento			(20.065)	(19.193)
(Provisão) / Reversão/Perdas de Devedores Duvidosos			(13.015)	(35.067)
Material	(1.965)	(32)	(4.355)	(2.358)
Entidade de Previdência Privada		(21)	(4.058)	(3.541)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos			(3.647)	(3.218)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica			(1.263)	(1.832)
Propaganda e Publicidade			(485)	
Outras Despesas	(286)	(106)	(13.777)	(12.093)
Total	(30.076)	(20.493)	(341.922)	(368.801)
Classificados como:				
Custo da Operação			(192.850)	(196.460)
Custo dos Serviços Prestados	(25.655)	(14.180)	(25.707)	(16.704)
Despesas com Vendas			(42.828)	(65.173)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.421)	(6.313)	(80.537)	(90.464)

(a) A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é igual a zero, considerando que:

- (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica;
- (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e
- (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção e receita de construção.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Outras Receitas / (Despesas) Operacionais

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego			7.099	8.546
Ressarcimento das CCEs			6.018	1.375
Dividendos Prescritos			4.372	
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			2.791	2.736
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros			570	4.296
Reversão de Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios				721
Ganho na Baixa de Bens			(9)	7
Outras Receitas		(1)	14	116
Subtotal		(1)	20.855	17.797
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós Emprego			(10.346)	(9.549)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(3.859)	(4.875)
Provisão para Perdas com Depósitos Judiciais			(2.862)	
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(14)	(2.295)	(2.213)	(3.933)
Multas ANEEL			(265)	(251)
Outras Despesas			(20)	830
Subtotal	(14)	(2.295)	(19.565)	(17.778)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	(14)	(2.296)	1.290	19

	Períodos de seis meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego			14.927	15.316
Ressarcimento das CCEs			13.144	6.694
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			5.169	5.133
Dividendos Prescritos			4.372	
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros			570	4.296
Reversão de Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	18	17	18	1.790
Ganho na Baixa de Bens			(20)	(13)
Outras Receitas		60	14	825
Subtotal	18	77	38.194	34.041
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós Emprego			(20.160)	(19.097)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(10.071)	(8.858)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(19)	(2.295)	(3.747)	(5.990)
Provisão para Perdas com Depósitos Judiciais			(2.862)	
Multas ANEEL			(512)	(526)
Outras Despesas		(43)	(114)	(61)
Subtotal	(19)	(2.338)	(37.466)	(34.532)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	(1)	(2.261)	728	(491)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Resultado Financeiro

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Receitas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos			3.165	2.356
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			2.380	3.174
Rendimentos de Aplicações Financeiras	220	60	2.166	1.067
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica			575	(396)
Multas e Penalidades Aplicadas			72	203
Receita de Dividendos	222	295	222	295
Outas Receitas Financeiras	22	1	1.514	25
Subtotal	464	356	10.094	6.724
Despesas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos			(13.017)	(4.603)
Encargos de Dívidas			(5.672)	(5.469)
Atualização de Benefício pós-emprego			(980)	(1.272)
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica				(1.107)
Outras Despesas Financeiras	(18)	(6)	(955)	(86)
Subtotal	(18)	(6)	(20.624)	(12.537)
Resultado Financeiro	446	350	(10.530)	(5.813)

	Períodos de seis meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Receitas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	1	4	5.949	5.757
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			5.054	6.256
Rendimentos de Aplicações Financeiras	335	658	4.098	2.643
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica			1.418	
Multas e Penalidades Aplicadas			1.390	667
Receita de Dividendos	222	547	222	547
Outas Receitas Financeiras	44	2	1.596	55
Subtotal	602	1.211	19.727	15.925
Despesas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	(10)		(19.101)	(9.483)
Encargos de Dívidas		(886)	(10.706)	(12.049)
Atualização de Benefício pós-emprego			(2.021)	(2.593)
Custo de Transação (Empréstimos e Financiamentos)		(2.972)		(2.972)
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica				(1.107)
Outras Despesas Financeiras	(29)	(14)	(1.439)	(453)
Subtotal	(39)	(3.872)	(33.267)	(28.657)
Resultado Financeiro	563	(2.661)	(13.540)	(12.732)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	Período de três meses findos em:		Período de seis meses findos em:	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Lucro Líquido (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(80.641)	(38.838)	(155.172)	(71.330)
Lucro alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(40.185)	(19.354)	(77.324)	(35.545)
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(40.456)	(19.484)	(77.848)	(35.785)
Média ponderada das ações em circulação				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	4.576	4.576	4.576	4.576
Ações preferenciais – básicas e diluídas	4.607	4.607	4.607	4.607
Lucro (Prejuízo) por ação – R\$:				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(8,7819)	(4,2293)	(16,8978)	(7,7677)
Ações preferenciais - básicas e diluídas	(8,7819)	(4,2293)	(16,8978)	(7,7677)

27 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Controladora final

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Remuneração	165	141	856	563
Demais Benefícios de Curto Prazo	44	188	186	311
Total	209	329	1.042	874

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Remuneração	365	270	1.677	1.115
Demais Benefícios de Curto Prazo	104	333	368	575
Total	469	603	2.045	1.690

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

(c) Transações com partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

(i) Operações da Controladora com suas controladas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora	
		31/12/2014	31/12/2013
Ativo		47.885	15.882
Contas a Receber, líquida da PDD		19.650	4.204
Governo do Distrito Federal	a	19.650	4.204
Demais Ativos		28.235	11.678
Dividendos/JSCP	b	28.053	11.540
CEB Geração S/A		3.789	948
CEB Lajeado S/A		15.550	6.294
CEB Participações S.A		6.905	1.292
Energética Corumbá III S/A		6	1.203
Corumbá Concessões S/A		1.803	1.803
Outras Operações		182	138
CEB Distribuição S/A	c	182	138
Passivo		1.042	900
Demais Obrigações		1.042	900
CEB Distribuição S/A	d	875	741
CEB Distribuição S/A	e	167	159

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Condições de Realização das Transações	Controladora			
		Períodos de três meses findos em:		Períodos de seis meses findos em:	
		30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Receitas		18.234	11.268	33.650	25.170
Receita de Prestação de Serviços		18.234	11.268	33.650	25.170
Governo do Distrito Federal	f	18.234	11.268	33.650	25.170
Despesas			11	4	908
Despesas Financeiras					886
Juros de empréstimos					886
CEB Lajeado S.A	g				886
Outras Despesas			11	4	22
Despesa de Locação de Imóvel			11	4	22
CEB Distribuição S.A	h		11	4	22

a) Representa valores a receber por serviços prestados de obras e manutenção da rede de Iluminação Pública ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF.

b) Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado das controladas.

c) Representa valores de repasse de faturas de órgãos públicos que foram creditados em conta corrente da CEB D e que serão repassados através de encontro de contas a CEB.

d) A CEB D possui empregados cedidos a Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.

e) Refere-se a valores a pagar de depósito de faturas de órgãos públicos realizado na conta corrente da Companhia Energética de Brasília – CEB e que é repassado através de encontro de contas a CEB D.

f) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretárias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF e totalização R\$ 33.650 no semestre findo em 30 de junho de 2014 e em estudo recente foi apurado que no confronto com os custos/despesas de manutenção e obras estes contratos apresentaram uma margem líquida média de 11,39%.

g) Representa o valor de encargos financeiros sobre repasse de empréstimo realizado pela controlada CEB Lajeado S.A a CEB. Os encargos cobrados sobre este empréstimo era CDI + spread de 0,28 a.m, o empréstimo foi quitado em fevereiro de 2013.

h) Trata-se de contrato de aluguel de salas utilizadas pela Companhia Energética de Brasília – CEB, reajustado anualmente pelo IGP-M com vencimento previsto para 17 de fevereiro de 2014. O foi rescindido em janeiro contrato teve sua última parcela paga em fevereiro referente à competência de Janeiro.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Operações do Grupo e seus acionistas controladores e coligadas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		30/06/2014	31/12/2013
Ativo		114.785	107.129
Contas a Receber, Liquida da PDD		114.785	96.143
Corumbá Concessões S/A	a	190	192
Energética Corumbá III S/A	a	50	34
Governo do Distrito Federal	b	114.545	95.917
Demais Ativos		15.099	10.986
Dividendos/JSCP	c	14.344	10.227
Corumbá Concessões S/A		1.896	1.803
Energética Corumbá III S/A		6	1.203
Investco S/A		12.442	7.221
Outras Operações		755	759
Governo do Distrito Federal	d	755	759
Passivo		451.364	402.001
Fornecedores		239.364	185.630
Corumbá Concessões S/A	e	59.633	53.567
Energética Corumbá III S/A	e	3.979	3.032
Governo do Distrito Federal	f	175.753	129.031
Dividendos			4.371
Governo do Distrito Federal	g		4.371
Outras Obrigações		212.000	212.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – Governo do Distrito Federal	h	212.000	212.000

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Condições de Realização das Transações	Consolidado			
		Períodos de três meses findos em:		Períodos de seis meses findos em:	
		30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Receitas		76.751	83.457	164.847	159.171
Receita de Comercialização de Energia	i	728	715	1.431	1.609
Corumbá Concessões S/A		576	604	1.146	1.269
Energética Corumbá III S/A		152	111	285	340
Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica		75.801	82.450	163.194	157.045
Governo do Distrito Federal	j	75.801	82.450	163.194	157.045
Receita de Dividendos		222	292	222	517
BSB Energética S.A	k	222	292	222	517
Despesas		44.301	70.630	85.620	108.893
Energia Comprada para Revenda		44.301	41.644	85.620	79.907
Corumbá Concessões S/A	l	35.330	32.927	67.909	63.077
Energética Corumbá III S/A	l	8.971	8.717	17.711	16.831
Perdas com Contas a Receber			28.986		28.986
Governo do Distrito Federal	m		28.986		28.986

a) As empresas Corumbá Concessões S.A e Energética Corumbá S.A são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e paga pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB D) e serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) (Companhia Energética de Brasília – CEB) prestado ao Governo do Distrito Federal - GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo órgão regulador para a classe Poder Público e pelos serviços de obras e manutenção da rede de Iluminação Pública a cobrança é feita com base em contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal - GDF. Em 2011 a CEB D firmou contrato de parcelamento de dívidas com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB no montante de R\$ 28.237 para pagamento em 48 parcelas fixas, atualizados pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Pelo serviço de iluminação pública os valores são acordados entre as partes mediante contrato de prestação de serviços.

c) Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado das coligadas.

d) A CEB D possui empregados cedidos a órgãos do Governo do Distrito Federal. Os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.

e) A CEB D tem contratos bilaterais de Suprimento de Energia com as empresas Corumbá Concessões S.A e Energética Corumbá III S.A, com prazos de vigência até 07/07/2015. Os valores das tarifas praticadas em 30/06/2014 para estes contratos são R\$ 198,37 MWh e R\$ 203,98 MWh respectivamente, e são atualizados pelo IGP_M.

f) A Contribuição de Iluminação Pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27 de dezembro de 2002 para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito federal (GDF). Em 30 de junho de 2014 o montante a repassar ao GDF era de R\$ 175.753, atualizado pelo INPC.

A composição do valor a repassar está apresentado a seguir:

Ano	Valores arrecadados e não repassados	Valores faturados e não arrecadados	Atualização Monetária	Total
2007	804	19	313	1.136
2008	13.212	419	4.418	18.049
2010	12.593	148	3.823	16.564
2013	55.931	191	1.199	57.321
2014	62.899	15.408	4.376	82.683
Total	145.439	16.185	14.129	175.753

g) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador.

h) Representa o valor dos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) realizado do Governo do Distrito Federal – GDF, para aportes no capital da Companhia Energética de Brasília – CEB.

i) A empresa Corumbá Concessões S/A e Energética Corumbá III são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e paga pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

j) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) e do fornecimento de energia elétrica ao Governo do Distrito Federal – GDF. O serviço de fornecimento de energia elétrica apresentou um montante de R\$ 129.544 que é cobrado de acordo com a tarifa homologada pelo órgão regulador – ANEEL. Para os serviços de obras e manutenção da rede de Iluminação Pública os valores são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF. Estes serviços totalizaram o montante de R\$ 33.650 e em estudo recente foi apurado que no confronto com os custos/despesas de manutenção e obras estes contratos apresentação uma margem líquida média de 11,39%.

k) Representa a receita de dividendo recebido pela CEB pelo investimento em participação societária na empresa BSB Energética S.A.

l) A CEB D tem contratos bilaterais de Suprimento de Energia com as empresas Corumbá Concessões S.A e Energética Corumbá III S.A, com prazos de vigência até 07/07/2015. Os valores das tarifas praticadas em 30/06/2014 para estes contratos são R\$ 198,37 MWh e R\$ 203,98 MWh respectivamente, e são atualizados pelo IGP_M.

(iii) Operações com a FACEB

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB. Vide detalhes das transações na Nota 20.

(d) Acordo de Cooperação Técnica

Em outubro de 2012, a Diretoria da CEB D, por meio da Resolução nº 378 autorizou a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal - SEPLAN, órgão que administra o parque tecnológico do Governo do Distrito Federal - GDF, a fim de migrar os serviços de processamento e armazenamento de dados da Companhia para o Data Center da SEPLAN. O referido Acordo prevê ainda, a utilização pela SEPLAN, dos dutos da CEB D para fazer o cabeamento de fibra ótica, sem custos para ambos, apenas troca de benefícios.

28 SEGUROS

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas à UPA – Usina Hidrelétrica do Paranoá e aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição – componentes do Ativo Imobilizado da CEB Geração S.A. e da CEB D, conforme os critérios de riscos constantes de relatório técnico – estão cobertos, até 30 de dezembro de 2014 (CEB D) e de 1 de fevereiro de 2014 até 1 de fevereiro de 2015 (CEB Geração S.A), por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 918 com um total segurado de R\$ 371.409.

Os bens das Usinas Luís Eduardo Magalhães, Queimado, Corumbá III e Corumbá IV também estão devidamente segurados.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Resultado antes do Impostos de Renda e da Contribuição Social	(155.071)	(69.269)	(140.416)	(56.513)
Ajustes ao Prejuízo do Período				
Depreciação e Amortização	79	71	27.144	24.692
Resultado de Equivalência Patrimonial	155.421	66.192	23.054	(11.002)
Perda na Alienação de Imobilizado e Intangível			20	13
Provisão para Devedores Duvidosos			13.015	33.774
Provisão para Perdas com Depósitos Judiciais			2.862	
Dividendos Prescritos			(4.372)	
Atualização Monetária - Contribuição de Iluminação Pública			4.376	
Encargos da Dívida		886	11.086	12.613
Ajuste a Valor Presente			8	5
Custo da Transação com Empréstimos		2.974		2.927
Provisões/Reversões de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	6	2.294	3.734	4.209
	155.506	72.417	80.927	67.231
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais				
Aplicações Financeiras				9.239
Contas a Receber	(15.928)	(2.225)	(37.622)	37.453
Estoques	1.951	42	8.967	(4.252)
Depósitos e Bloqueios Judiciais	(177)	(9)	(2.761)	2.796
Tributos e Contribuições Compensáveis	80	881	(599)	(6.671)
Demais Créditos	(4.317)	187	(33.039)	(15.139)
	(18.391)	(1.124)	(65.054)	23.426
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais				
Fornecedores	(1.551)	(70)	96.536	47.558
Obrigações Tributárias	94	(3.151)	38.859	(3.086)
Contribuição de Iluminação Pública			50.233	35.111
Encargos Regulatórios			14.149	(15.692)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	140	90	(2.016)	(1.508)
Benefícios Pós Emprego			(8.267)	(10.154)
Demais Obrigações	4	(317)	(1.625)	8.075
Outras Variações Ativas e Passivas	(552)		(8.542)	(37.182)
	(1.865)	(3.448)	179.327	23.122
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais				
Recebimento de Dividendos/Juros s/ Capital Próprio	19.226	11.968	1.197	1.284
Pagamento de Imposto Renda e Contribuição Social			(3.505)	(4.132)
Pagamento de Encargos da Dívida		(1.534)	(11.086)	(13.640)
Pagamento de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	(34)		(34)	
	19.192	10.434	(13.428)	(16.488)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	(629)	9.010	41.356	40.778

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Brasília, 08 de agosto de 2014.

RUBEM FONSECA FILHO
Diretor-Presidente

CAUBI PEREIRA DE SANTANA
Diretor Técnico

SETEMBRINO DE MENEZES FILHO
Diretor de Geração e Negócios

MARCELO GOMES DE ALENCAR
Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores

THIAGO CAVALCANTE SANTOS
Contador
CRC – DF 022977/0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Brasília S.A.
Brasília – DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Brasília S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Conforme nota explicativa nº15, a Controlada CEB Distribuição S.A, possui registrado na rubrica de fornecedores o montante de R\$445.189 mil, dos quais R\$38.482 mil, oriundos de fornecimento de materiais e serviços, encontram-se em fase de conciliação pela Administração e, até a conclusão de nossa revisão, não havia sido finalizada. Como consequência, em função do atual estágio em que se encontra essa conciliação, encontramos-nos impossibilitados de concluir sobre a adequação do saldo de fornecedores, bem como avaliar os possíveis impactos no resultado e seus efeitos tributários, decorrentes deste tema, em 30 de junho de 2014.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos das limitações de escopo descritas no parágrafo "Base para conclusão com ressalva" não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos das limitações de escopo descritas no parágrafo "Base para conclusão com ressalva" não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Ênfases

Chamamos a atenção para o fato de que a controlada direta CEB Distribuição S.A. apresenta um histórico de deficiência de capital de giro e de baixa ou negativa rentabilidade. Adicionalmente, em razão das características inerentes à sua atividade operacional e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes e relevantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Esses fatos indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº1.2. Adicionalmente, essa controlada direta CEB Distribuição S.A., efetua a cobrança na fatura de consumo de energia elétrica da contribuição de iluminação pública- CIP, no entanto, não vem repassando os valores representativos da contribuição de iluminação pública, para o Governo do Distrito Federal. As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa revisão não contém modificação relacionada a esse assunto.

A controlada Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2.a, entrou em operação em 8 de

novembro de 2007, por meio do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir de contratos de compra e venda a seus distribuidores no Brasil. Para que essa operação seja similar à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal por meio de um gasoduto de transporte de gás natural. Enquanto persistir essa situação, a CEBGAS continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido com seus acionistas ou com terceiros. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional dessa controlada. As demonstrações contábeis dessa controlada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial e no processo de consolidação, não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos no caso dessa controlada não conseguir tornar suas atividades similares à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil. Nossa revisão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 6.d, os faturamentos correspondentes ao fornecimento de energia elétrica a certas entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, não foram liquidados financeiramente e estão registrados na rubrica "Contas a receber", cujo saldo, em 30 de junho de 2014, totaliza R\$114.219 mil. A Administração, com base no atual estágio do processo de cobrança e negociação dos referidos créditos, principalmente perante o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. Em 01 de agosto de 2014, a Administração recebeu ofício conjunto do Governo do Distrito Federal (GDF), solicitando a instrução de Processo Administrativo demonstrando os valores a receber junto ao Governo, para que possam efetuar a análise do pleito de reconhecimento dos débitos, e posterior negociação. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão em andamento, bem como esses mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados. Nossa revisão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para o fato descrito na nota explicativa nº 18 a), a Controlada direta CEB Distribuição S.A., possui registrado no passivo não circulante o montante de R\$102.797 mil, referente aos montantes a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. No exercício de 2013, a Administração da Companhia desenvolveu estudo jurídico interno que concluiu sobre a prescrição de tais valores, no entanto, o parecer jurídico orientou consulta prévia ao órgão regulador (ANEEL) antes que fosse procedida a baixa contábil. A Administração formalizou a consulta prévia ao órgão regulador que, até a conclusão de nossa revisão, não havia se manifestado sobre o assunto. Como consequência, não é possível assegurar se tais passivos serão exigidos pelos valores apresentados nas demonstrações contábeis em 30 de junho de 2014. Nossa revisão não possui modificação relacionada a este assunto.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial e consolidação proporcional, respectivamente, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa revisão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos e quanto aos possíveis efeitos descritas no parágrafo "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2013, utilizadas para fins de comparação foram auditadas/revisadas por outros auditores independentes, contendo ressalva quanto à ausência de conciliação dos fornecedores e ênfases quanto aos seguintes assuntos: i) créditos junto ao Governo do Distrito Federal, vencidos há longa data, ii) Não repasse da contribuição da iluminação pública ao Governo do Distrito Federal; iii) pelo histórico de deficiência no capital de giro da Controlada CEB Distribuição S.A.; iv) Risco de continuidade da controlada Companhia Brasileira de Gás- CEBGÁS; e pela reapresentação dos valores conforme CPC 33.

Brasília, 08 de agosto de 2014.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 – S – DF

Alfredo Ferreira Marques Filho José Santiago da Luz
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 – S – DF Contador CRC 1 SP 115785/O-9- S - DF

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Energética de Brasília – CEB, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento, Área de Serviços Públicos, Lote C, S I A, Brasília, inscrita no CNPJ sob nº. 00.070.698/0001-11, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria da BDO RCS Auditores Independentes SS, relativamente às informações financeiras da CEB referentes ao 2º trimestre de 2014, encerrado em 30 de junho de 2014; e,
(II) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras da CEB relativas ao 2º trimestre de 2014, encerrado em 30 de junho de 2014.

Brasília, 08 de agosto de 2014.

RUBEM FONSECA FILHO
Diretor-Presidente

CAUBI PEREIRA DE SANTANA
Diretor Técnico

SETEMBRINO DE MENEZES FILHO
Diretor de Geração e Negócios

MARCELO GOMES DE ALENCAR
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Energética de Brasília – CEB, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento, Área de Serviços Públicos, Lote C, S I A, Brasília, inscrita no CNPJ sob nº. 00.070.698/0001-11, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria da BDO RCS Auditores Independentes SS, relativamente às informações financeiras da CEB referentes ao 2º trimestre de 2014, encerrado em 30 de junho de 2014; e,
(II) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras da CEB relativas ao 2º trimestre de 2014, encerrado em 30 de junho de 2014.

Brasília, 08 de agosto de 2014.

RUBEM FONSECA FILHO
Diretor-Presidente

CAUBI PEREIRA DE SANTANA
Diretor Técnico

SETEMBRINO DE MENEZES FILHO
Diretor de Geração e Negócios

MARCELO GOMES DE ALENCAR
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores